

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
JADE DOS REIS COLPANI**

**AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

**SANTOS  
2020**

**JADE DOS REIS COLPANI**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Gisele Aparecida Bovolenta.

**SANTOS**  
**2020**

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C721m Colpani, Jade dos Reis .  
As mulheres na economia solidária: desafios e  
potencialidades. / Jade dos Reis Colpani;  
Orientadora Gisele Aparecida Bovolenta;  
Coorientador  
. -- Santos, 2020.  
91 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto Saúde  
e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2020.

1. Mulheres. 2. Economia solidária. 3.  
Economia feminista. 4. Trabalho. 5. Renda. I.  
Bovolenta, Gisele Aparecida, Orient. II. Título.

CDD 361.3

**JADE DOS REIS COLPANI**

**AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS E  
POTENCIALIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Gisele Aparecida Bovolenta.

Aprovação em: 23/10/2020

EXAMINADORES

*Gisele A Bovolenta*

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Gisele Aparecida Bovolenta

Universidade Federal de São Paulo

*Daniel Péricles Arruda*

---

Prof. Dr<sup>o</sup>. Daniel Péricles Arruda

Universidade Federal de São Paulo

## AGRADECIMENTOS

Quando eu saí de casa para estudar em outra cidade, lá com meus 18 anos, posso dizer certamente que não imaginava metade das coisas que iriam acontecer, e nem sonhava com as tantas pessoas que iriam cruzar o caminho delas com o meu nessa jornada muito louca. Outra coisa que eu me perguntava na época, pelo puro exercício imaginativo, era sobre quem seria eu ao final de tudo isso e o quanto que sairia diferente depois desse mergulho em oceanos cientificamente metrificados.

Pois bem, preservando o mistério e a poesia que foi toda esta experiência, eu aprendi que é de bom tom que até nas ciências exatas exista margem de erro. Que às vezes a gente mergulha e o mar não dá pé, e é aí que você tem que aprender a nadar se não quiser se afogar. Que se você quiser surfar a boa, vai ter que encarar a série de ondas que vem antes, mesmo que elas venham enormes e quebrem em cima de você. Aprendi que tem muita água no céu, mas que o sol sempre saí uma hora ou outra. E, na melhor, dá até arco-íris. Aprendi que música é sim uma ponte para um outro lado e que olhares esquentam mais que o sol do nordeste deste país: incendeiam sonhos e paixões, ainda que todo carnaval tenha o seu fim.

Aprendi que a gente estuda estando em casa, em sala de aula ou no bar, e que eu tinha que conhecer bem os meus princípios, porque onde quer que eu vá, eles vão comigo. Aprendi que na maioria das vezes, é tudo pelo social mesmo, e que a maior contribuição possível é exercitar continuamente a escuta e ter o silêncio como meu melhor amigo, não mais como algo que me assusta. Nesse caminho do meio, também me ensinaram a importância e a potência de saber se comunicar, desse processo que é encontrar linguagens comuns entre eu e o mundo do outro, saber que é sobre encontrar o ponto de vista daquilo e não somente o X da questão.

Com a impermanência, aprendi a arte dos encontros e dos desencontros e, com a saudade e o distanciamento, aprendi a diferenciar o que tem valor daquilo que tem preço. Por isso reservo agora este espaço somente para agradecer infinitamente a todas as muitas pessoas que dividiram um tempo de vida comigo... nas nossas casas, nas universidades, nas salas de aula, no campo de estágio, nas ruas de tantas cidades que passamos, em tantos mares, bares, praças, museus, protestos, congressos, ocupações,

reuniões, meditações, em retiros ou assembleias, em festas e fossas... fosse à pé, de bicicleta, de carro, ônibus ou avião... a impressão digital ainda é única, mas vocês me marcaram mais que tatuagem na alma, então simplesmente obrigada.

Agradeço, sobretudo, a todas/os professores que fizeram parte da minha formação profissional e, especialmente, à Gisele por ter me acompanhado ao longo dos tantos desdobramentos deste trabalho; por ter me incentivado e apoiado desde o início da nossa parceria. Agradeço também à minha família toda por sempre terem me apoiado e incentivado nesse caminho que escolhi para mim, e pelo compromisso com a permanente defesa da educação e do meio-ambiente como um direito de todos. Agradeço aos meus pais, Nancy Mara dos Reis e Luiz Antônio Colpani, que me ensinaram e seguem me ensinando tanto quanto a universidade fez. Esses anos longe realmente nos forçaram a aprender a estar perto e os dois se fizeram presentes o tempo inteiro. Por fim, entre desafios encontrados em um permanente contexto de mudanças, aprendi o mais importante de tudo: o amor é sim um ato político e o afeto segue sendo revolucionário.

*“Não permita que os seus desejos sejam  
colonizados pela despolitização.”*

(Rita Von Hunty)

## RESUMO

A partir de uma revisão bibliográfica, documental e legal, e baseado no método materialista histórico-dialético de Marx, este trabalho de conclusão de curso realiza uma breve análise acerca da organização do modo de produção capitalista e da posição da mulher na esfera produtiva. Em virtude da divisão sexual do trabalho, foi possível traçar as principais características que, ainda hoje, marginalizam a mulher na sociedade, criando – ao mesmo tempo – um cenário contraditório de desigualdade e de resistência. É nesse contexto que emergem os movimentos feministas e a interseccionalidade enquanto necessidade de se articular com as demais lutas sociais, a fim de construir uma práxis emancipatória e orientada para a transformação societária. Essa conjuntura de precarização do mundo do trabalho também termina influenciando na expansão da economia solidária no país como uma alternativa ao desemprego. Baseado em princípios solidários e autogestionários, esse movimento leva à institucionalização da economia solidária como política pública, o que implica em mudanças nas relações estabelecidas com o Estado e com os demais movimentos sociais. Sob a crítica marxista, são iniciativas que contam em grande maioria com a falta de recursos adequado e acesso a direitos trabalhistas, podendo vir a ser funcionais ao sistema capitalista. Entretanto, a partir da construção crítica feita pelo próprio movimento no país, seus defensores destacam o caráter visivelmente democrático da economia solidária, que convoca seus participantes na luta por justiça social e ampliação de direitos. Nesse processo, destaca-se a participação das mulheres na economia solidária e a luta pela construção de uma economia feminista, além de relatar algumas experiências autogestionadas geridas por mulheres e a condição de vida e trabalho de que gozam. Por fim, consideramos que a participação destas/es sujeitos na economia solidária se dá, em um primeiro momento, em razão da necessidade de subsistência, mas, que pode vir a produzir efeitos benéficos e que transcendem o processo de geração de renda, gestando potencialidades e construindo participação política em defesa da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** mulheres; economia solidária; economia feminista; trabalho; renda.



## LISTA DE SIGLAS

AMESOL	Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
ECOSOL Mulher	Coletivo Frente Feminista de Economia Solidária da Baixada Santista
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FOPES	Fórum Paulista de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNES	Plano Nacional de Economia Solidária
RESF	Rede de Economia Solidária Feminista
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informações da Economia Solidária

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 O modo de produção capitalista.....</b>	<b>17</b>
<i>2.1.1 Eclosão da questão social.....</i>	<i>21</i>
<b>2.2 O lugar social da mulher na sociedade capitalista.....</b>	<b>26</b>
<i>2.2.1 Considerações sobre o Feminino Marxista.....</i>	<i>30</i>
<b>2.3 A emancipação e autonomia das mulheres no projeto ético-político do Serviço Social.....</b>	<b>35</b>
<b>3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTO E CRÍTICA.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 Breve trajetória institucional da Economia Solidária no país.....</b>	<b>40</b>
<b>3.2 O movimento da Economia Solidária no Brasil.....</b>	<b>45</b>
<b>3.3 A crítica marxista ao projeto da Economia Solidária.....</b>	<b>53</b>
<b>4. AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>60</b>
<b>4.1 Quem são essas mulheres?.....</b>	<b>62</b>
<b>4.2 Relação entre economia feminista e economia solidária.....</b>	<b>68</b>
<i>4.2.1 Frentes feministas no movimento da Economia Solidária no Brasil.....</i>	<i>71</i>
<b>4.3 Análise de algumas experiências de empreendimentos econômicos solidários geridos por mulheres.....</b>	<b>75</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Meu interesse em pesquisar o tema se deu desde o primeiro contato com a Frente Feminista de Economia Solidária da Baixada Santista, através do coletivo ECOSOL Mulher, ainda no primeiro semestre de 2019. O encontro se deu quando fui convidada para conhecer o grupo, onde fui recebida com muita receptividade pelas mulheres e por um dos únicos homens que naquela época compunha o coletivo, e me surpreendi com a diversidade das pessoas de todas as idades que estavam no espaço. Entre cafés, crianças e um clima amigável, o encontro tinha como propósito discutir a articulação das mulheres no território da Baixada Santista, com base no que elas identificavam enquanto demandas relacionadas à ausência de políticas públicas, sobretudo de políticas voltadas para a população feminina.

As pautas eram muitas e variavam conforme a realidade de cada mulher, mas tudo era anotado para que posteriormente elas pudessem construir essas redes aos poucos. Vagamente, lembro que vieram à tona a necessidade de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Itanhaém, São Paulo, município que não tinha nenhuma até aquela época; da construção de propostas para realizarem conversas em escolas sobre violência doméstica e a importância da educação sexual para crianças enquanto meio de denúncia; da organização de atividades para conhecer o *modus operandi* da justiça restaurativa; da realização de eventos para discutir sobre o livro da Chimamanda Ngozi Adichie, “*Para educar crianças feministas*”; da importância e dos desafios de construir diálogos com as mulheres evangélicas, tendo em vista a falta de suporte que muitas vezes elas encontram para denunciar agressões, assim como a necessidade em ter os homens próximos de todas essas discussões e movimentações, etc.

O caráter heterogêneo e visivelmente democrático do coletivo me chamou atenção, ainda mais considerando os processos que aconteciam no interior no grupo: o fortalecimento das diversas iniciativas de geração de renda das quais aquelas mulheres participavam; a realização de terapias comunitárias com objetivo de compartilhar, politizar e refletir sobre as experiências das mulheres do grupo em âmbito público e particular; e, como illustrei brevemente, o incentivo e a organização política com objetivo de exercer a cidadania a nível regional. A Lavanderia 8 de Março, especificamente, é uma dessas

iniciativas que surgiu a partir de uma organização da Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Santos, em parceria com a União Brasileira de Mulheres (UBM), e que hoje tem em seu quadro de trabalhadoras, mulheres que foram encaminhadas pelos serviços da política de Assistência Social da cidade.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tinha, portanto, a Lavanderia 8 de Março, empreendimento econômico solidário gerido por mulheres e localizado na cidade de Santos, São Paulo, como campo de pesquisa. A pesquisa qualitativa contava com realização de entrevistas, de diários de campo e de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, com vistas a investigar as possíveis diferenças e impactos que a organização do processo de trabalho a partir dos princípios solidários gerou na vida das trabalhadoras desse espaço, principalmente no que diz respeito à construção e/ou fortalecimento da autonomia.

Outro aspecto que seria analisado anteriormente, referia-se à inserção dessas mulheres no cenário político local, tendo em vista que foram as assembleias realizadas no interior da Lavanderia que levaram à criação do coletivo ECOSOL Mulher. Hoje, o movimento tem fomentado, principalmente nas redes sociais<sup>1</sup>, debates acerca da urgência em se construir uma economia popular e feminista, a partir de uma perspectiva que se pauta na interseccionalidade e nas discussões decoloniais, colocando as populações historicamente marginalizadas no centro do debate.

Entretanto, por conta da pandemia de COVID-19 que atravessamos hoje em pleno governo Bolsonaro, a necessidade de se cumprir com o distanciamento social e as mais de 150 mil mortes até o momento, houveram drásticas mudanças no cenário da pesquisa, da universidade e da vida como um todo, o que certamente impactou também na construção do texto deste trabalho. Tendo em vista que a realização das entrevistas em grupo tornou-se inviável, o foco passou a ser a apreensão das principais características, desafios e potencialidades da inserção das mulheres em empreendimentos econômicos solidários no país, com vistas a entender de que forma a organização das relações de

---

<sup>1</sup> O nome do canal na plataforma do Youtube é "Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista". Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC7aWYfIdp9AELFinBY0IV7w/featured>> . Acesso em: 08/10/2020.

produção a partir dos princípios solidários, contribui na construção e/ou fortalecimento da autonomia dessas trabalhadoras.

Analisados sob a luz do arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social e da teoria social crítica de Marx, sem desprezar, contudo, outras perspectivas teóricas, este trabalho objetivou examinar as particularidades na inserção das mulheres no modo de produção capitalista, considerando a divisão sexual do trabalho, e conhecer os movimentos de enfrentamento à hegemonia posta, com destaque para o movimento feminista e o da economia solidária no Brasil, para investigar a hipótese de que a inserção dessas/es sujeitos na luta pela transformação societária e geração de renda tem potencial de impactar positivamente a vida dessas pessoas.

Para isso, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, documental e legal nas plataformas digitais, com objetivo de fazer um levantamento do que já havia sido produzido e pesquisado a respeito do tema a nível científico; de conhecer brevemente as leis que regulam as iniciativas solidárias no país; e também de me aprofundar no que vem sendo discutido pelas/os sujeitos do movimento da economia solidária, através da leitura de documentos e cartilhas produzidas ao longo dos últimos anos.

Dessa maneira, o caminho de análise será percorrido a partir do materialismo histórico-dialético<sup>2</sup>, método que marca a direção hegemônica da profissão e orienta a apreensão das nuances do processo de acumulação capitalista. Todavia, a particularidade aqui se dará pelo “[...] olhar sobre a história por um ponto de vista feminino” (FEDERICI, 2017, p. 29), o que implica em trazer as estruturas ocultas de dominação e exploração como elemento central da análise, com vistas a obter uma visão de totalidade que permeia a vida das mulheres em cada circunstância histórica determinada.

No primeiro capítulo, o debate se dá em torno de uma breve apresentação sobre as principais características que marcam a consolidação do modo de produção capitalista e do trabalho feminino na sociedade de classes (SAFFIOTI, 2013; INÁCIO, 2013; GUEIROS, 2002), partindo da compreensão indissociável entre luta de classes e a luta

---

<sup>2</sup> “A análise das relações sociais capitalistas segundo o método materialista histórico e dialético criado por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1896) permitiu pensar a questão das mulheres na totalidade social do capitalismo e, a partir daí, defender a emancipação das mulheres de modo radical, para além da emancipação política e na perspectiva da emancipação humana.” (INÁCIO, 2013, p. 36).

contra a opressão racial (GONÇALVES, 2018) e, portanto, das novas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015; RAICHELIS, 2009). Dessa forma, aqui é abordado aspectos das transformações acerca da produção e reprodução da vida e da força de trabalho ao longo do processo de acumulação primitiva e transição da sociedade feudalista para a capitalista, com o objetivo de localizar as determinações sócio-históricas que seguem ainda hoje implicando na realidade da vida das mulheres e da sociedade como um todo (FEDERICI, 2017), em virtude da reestruturação produtiva com orientação neoliberal em curso (ANTUNES, 2002).

Também destaco brevemente as nuances e divergências da organização política das mulheres através da luta feminista, apresentando um enfoque na perspectiva do feminismo marxista (SAFFIOTI, 2013), assim como a relação com a defesa da emancipação e autonomia no projeto ético-político do Serviço Social (INÁCIO, 2013; HAESER; BUCHELE; BRZOZOWSKI, 2011).

No segundo capítulo, trago Paul Singer (2002) para elucidar o que se compreende enquanto economia solidária e abordo o avanço destas iniciativas no país, especialmente a partir da década de 1980, como expressão de uma demanda de parcela da classe trabalhadora na busca por alternativas de geração de renda e de inserção no mercado de trabalho, ainda que de maneira informal e, por vezes, precarizada. Brevemente, trato da trajetória institucional da economia solidária no Brasil e dos desafios de sua consolidação enquanto política pública, bem como do debate que busca consolidar a economia solidária e seus agentes enquanto um movimento social que tem potencial de construir redes e articular com demais atores (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Por fim, apresento de maneira mais detalhada a crítica marxista ao projeto da economia solidária no país tendo em vista que, diante de tantas contradições, alguns autores consideram esse projeto como um retrocesso na luta de classes (WELLEN, 2012), considerando a contradição que atravessa esses empreendimentos: por um lado podem gerar emprego e autonomia mas, por outro, podem vir a ser funcionais ao sistema capitalista.

No terceiro capítulo, enfim, busco detalhar e dar visibilidade às mulheres que constroem essas experiências no país, considerando os atravessamentos das relações de classe, gênero e raça/etnia ao se pensar nos desdobramentos do avanço das medidas

neoliberais em um contexto de globalização. Como trazido no primeiro capítulo, a interseccionalidade é usada aqui enquanto instrumento de análise para pensar a realidade material e imaterial da população que protagoniza estes empreendimentos solidários e poder, assim, identificar as condições concretas que levam as pessoas nesta busca por alternativas frente ao acirramento da vida social, centrada nas relações de trabalho (OLIVEIRA, 2008).

Essa análise se dá a partir do levantamento bibliográfico de pesquisas que trataram de experiências específicas de empreendimentos econômicos solidários geridos por mulheres (LIMA, 2006; SILVA, 2016; OLIVEIRA, L. 2005; REIS; SILVA, 2018; BRENNA, 2018), assim como de trabalhos que realizaram mapeamentos e estudos mais amplos acerca da inserção das discussões feministas inseridas no movimento da economia solidária no país (BONUMÁ, 2015; HILLENKAMP, 2019; SOARES, 2019). O objetivo aqui é compreender não só as particularidades da inserção das mulheres nesses espaços, mas as condições em que esse trabalho vem sendo desenvolvido enquanto alternativa ao desemprego e à situação de vulnerabilidade social, assim como os desafios e os impactos potencialmente transformadores dessa busca pela construção de uma economia feminista (RODRÍGUEZ, 2016).

## 2. A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

Em primeiro lugar, é fundamental elucidar quais compreensões estão contidas no termo “mulher” que será usado ao longo da pesquisa. Nesse sentido, compartilho da proposta analítica de Silvia Federici (2017, p. 31), quando ela busca transcender a dicotomia entre gênero e classe, diante do fato de que “[...] se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe”.

Neste ponto, a autora dialoga com o debate realizado por Heleieth Saffioti, que trata da construção e consolidação cultural de mitos que serviram como uma estratégia para vincular as tarefas relacionadas ao cuidado e ao ambiente doméstico às mulheres, situando-as a margem do sistema produtivo com vistas a beneficiar o processo de acumulação. Nesse sentido, Federici (2017, p. 31) vai apontar que, diante do fato de que ainda não foi superada essa divisão sexual do trabalho sob o disfarce de um destino biológico, “mulher” é então “uma categoria de análise legítima, e as atividades associadas à reprodução seguem sendo um terreno de luta fundamental para as mulheres”.

Entretanto, este trabalho não busca em nenhum aspecto universalizar uma categoria que é tão heterogênea e marcada pela contradição. Ao contrário, com vistas a evitar equívocos analíticos, busco articular o meu discurso com o pensamento de Akotirene (2019, p. 19), quando a autora afirma que

Gênero inscreve o corpo racializado. Entretanto, enfoques socialistas encurtados à cantilena de classe negaram humanidades africanas, além do fato de negras serem mulheres e estupros coloniais terem-nas transformado em produtoras e reprodutoras de vidas expropriadas no trabalho de parto, e seus filhos em mercadorias as quais, elas, em tese, mães, não tinham o direito à propriedade. É fetiche epistemicida omitirmos clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas estruturadas pelo Ocidente cristão.

Dessa forma, quanto à categoria “raça”, a compreensão aqui se dá enquanto “[...] elemento que expressa e explica relações de dominação e subordinação em razão da cor da pele” e, portanto, “[...] como categoria analítica que divide a sociedade, deve ser



entendida também a partir dos contextos e das geopolíticas”. A partir dessa noção é possível articular os desdobramentos do racismo, na designação de lugares subalternos impostos socialmente (RODRÍGUEZ, 2016, p. 15).

O caminho percorrido neste processo se dá, nesse aspecto, de maneira complexa porque a realidade é cheia de nuances, e contraditória, posto a compreensão do conflito fundamental estabelecido entre as classes. Existe então a necessidade por uma leitura que considere o aspecto da totalidade dos fenômenos ao tratar sobre a inserção das mulheres nos empreendimentos econômicos solidários, pretendendo-se abranger ao máximo a condição de vida e de trabalho das mulheres, o que configura um desafio analítico, visto que esta categoria se revela extremamente plural e experimenta diferentes localizações sociais no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, sigo o norte apontado por pela autora em “*O que é Interseccionalidade*”, onde ela defende que esse é um conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, e que exige orientação geopolítica, pois surge do coração da mulher negra. Isso vai se dar não somente para elucidar as raízes e as razões que envolvem a consolidação do modo de produção capitalista, mas também como uma ferramenta que se revela necessária ao lançar um olhar para esse tema

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (...) Do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política. (AKOTIRENE, 2019, p. 13).

## **2.1 O modo de produção capitalista**

No livro “*A Mulher na Sociedade de Classes*”, Heleieth Saffioti (2013) discorre sobre o fato de que a mulher nunca foi alheia ao trabalho. De maneira oposta, em sociedades pré-capitalistas, as mulheres e as crianças ocupavam um papel indispensável visto que a família era entendida como uma unidade de produção, onde cada indivíduo

realizava alguma tarefa da qual todos dependiam. Ou seja, ainda que diante de uma incapacidade civil e política, e de ser vista como inferior perante aos homens, a mulher encontra certa integração à essas sociedades. Isso se dá, principalmente, porque “[...] sendo a produtividade do trabalho baixa, não é necessário a exclusão das mulheres no mercado de trabalho, mas garante-se uma posição afirmada pela forma submissa assumida pelo seu trabalho” (SAFIOTTI, 2013, p. 64).

Engels (2000) vai tratar sobre o desenvolvimento e entrelaçamento desses pontos em *“A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado”*, partindo de uma análise acerca do Estado capitalista moderno para buscar na história a sua origem. De acordo com o autor, nas sociedades originárias, as tribos, não havia a noção de propriedade privada, portanto a mulher não era subordinada ao homem e a sociedade se organizava de forma matriarcal.

Segundo ele, a origem da propriedade privada se dá vinculada com o desenvolvimento da agricultura, da caça, e da pecuária, possibilitando à espécie humana tornar-se sedentária. A partir do momento em que surge a percepção de que o homem faz parte do processo de reprodução da vida, o patriarcado se desdobra tendo as suas bases fundadas na autoridade, onde o pai era a figura responsável por toda a família, que incluía a mulher, os filhos, os escravos, os animais e a propriedade privada.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a opressão das mulheres surge a partir do aparecimento da propriedade privada e da família monogâmica, neste momento de transição do matriarcado para o patriarcado (INÁCIO, 2013, p 48). O modelo de família patriarcal vai, portanto, se entrelaçar à estrutura capitalista e contribuir com o processo de acumulação de capital. Segundo Gueiros (2002), o que há é uma rígida definição entre os papéis do homem e da mulher dentro da família e entre as fronteiras do público e do privado. Além disso, como já dito, somente o homem é tido como chefe da família, situação que não confirma e que é apresentada no tópico que trata da condição das mulheres no mundo do trabalho.

Ao longo desse processo, a construção das classes sociais acontece, portanto, entre o final do século XV até meados do século XVIII, como resultado de um processo histórico que se estabelece a partir da acumulação primitiva e que ocorre ainda durante o Regime Feudal, durante o período do Estado Absolutista. Acumulação primitiva é um

termo útil, na medida em que encontra um denominador comum para conceituar sobre as mudanças que foram desencadeadas pelo avanço do capitalismo, no que diz respeito às transformações das relações econômicas e sociais (FEDERICI, 2017).

A consolidação desse processo se dá entre a passagem do século XVIII ao XIX, período histórico que ficou marcado pela Revolução Industrial, onde a burguesia constrói, então, a sua hegemonia político-cultural no terreno das ideias e reúne condições para o enfrentamento direto com a feudalidade a partir da organização do povo, em uma luta que pôs fim ao Antigo Regime e estabeleceu o modo capitalista de produção, que hoje é o sistema dominante em escala global. Segundo Inácio (2013, p. 33), “A opressão das mulheres torna-se uma questão política com o nascimento da sociedade burguesa, no contexto da ‘dupla revolução’ do século XVIII na Europa ocidental: a Revolução Francesa (1789) e a revolução industrial na Grã-Bretanha (1780-1840)”.

O desenvolvimento das forças produtivas vai, nesse sentido, impactar diretamente nas possibilidades de integração das mulheres na sociedade que surgia, variando de maneira inversa, o que termina por conduzir “[...] o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada” (SAFFIOTI, 2013, p. 65). Frente à esse processo, Kollontai (2002), importante líder revolucionária do Partido Bolchevique durante a Revolução Russa, vai expressar a relação entre a opressão do patriarcado e do capital em seu texto “*O comunismo e a família*”, onde afirma que “(...) o capitalismo modificou totalmente esse antigo modo de vida. Tudo o que antes se produzia no seio da família, se fabrica agora em grandes quantidades nas fábricas. A máquina substituiu os ágeis dedos da dona de casa”.

No início, esse processo será marcado pela produção mercantil simples, bastante ampla. Posteriormente, vai envolver intensas atividades comerciais a partir do desenvolvimento do mercantilismo. Há, então, uma generalizada utilização do dinheiro como meio de troca, a partir das relações de compra e venda que se estabelecem. O surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista se estabelece, portanto, por meio do conflito fundamental entre aqueles que detém os meios de produção e aqueles que, sendo detentores somente da sua força de trabalho, a vendem como mercadoria para o capitalista. Sob a perspectiva da visão crítico dialética, a força de trabalho torna-se um produto que tem valor de troca.

A reprodução das relações sociais vai se dar, portanto, através da reprodução ampliada: parte da mais-valia produzida pela classe trabalhadora é apropriada para que o capitalista cubra os seus gastos pessoais; a outra parte é convertida em capital e é utilizada no desenvolvimento de novas tecnologias, forças produtivas e contratação de força de trabalho. A mais-valia essa que consiste no tempo de trabalho que o trabalhador entrega gratuitamente ao capitalista, depois de haver trabalhado o suficiente para reproduzir o valor de sua força de trabalho. Não existe capitalismo sem acumulação de capital, nesse sentido, a relação estabelecida entre burguesia e proletariado é dialética porque uma classe não pode existir sem a outra.

Em outras palavras, a classe detentora de riqueza mantém-se como proprietária do capital, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora dispõe apenas de sua força de trabalho. Desta maneira, segue a cisão sobre o domínio dos meios produtivos, o que termina por reafirmar o antagonismo entre as classes sociais: o trabalhador segue vendendo a sua força de trabalho como mercadoria para sobreviver, ao mesmo tempo em que o capitalista segue comprando-a para se enriquecer. Desse modo, estabeleceu-se o regime da propriedade privada, com vistas a garantir a manutenção do lucro da classe dominante.

Silvia Federici (2017, p. 44), analisa em seu livro *“O Calibã e a Bruxa”*, o fato de que

O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal - possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo. Devemos enfatizar este aspecto, pois a crença de que o capitalismo “evoluiu” a partir do feudalismo e de que representa uma forma mais elevada de vida social ainda não se desfez.

A particularidade histórica quanto ao modo de produção capitalista se dá, portanto, em virtude do processo de reprodução social ocorrer através da acumulação de capital, por meio da subsunção do trabalho pelo capitalista. Há uma transição entre o pauperismo que marcava a vida das pessoas no Regime Feudal para a questão social, porque essa passa a ser politizada e publicizada a partir do conflito de interesses que se põe entre as duas classes sociais diametralmente opostas, onde as e os trabalhadores se inserem no cenário político enquanto classe.

### 2.1.1 Eclosão da questão social

[...] apreender a questão social é também captar as múltiplas *formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano*, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (IAMAMOTO, 2015a, p. 28).

A gênese do Serviço Social está vinculada ao processo de industrialização que ocorre na Europa ao longo do século XIX, em detrimento das condições de vida e trabalho da classe operária que emergia, resultando em um processo de barbarização da vida social. É nesse contexto que a questão social eclode como resultado desta relação contraditória estabelecida pela Lei Geral de Acumulação Capitalista, onde a riqueza é produzida socialmente e apropriada de maneira privada.

Iamamoto (2015a, p. 27) detalha que “[...] o Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como *o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura*”. Ainda de acordo com a autora, a razão disso se dá por conta de que a produção social torna-se cada vez mais coletiva, ao passo em que a apropriação da riqueza se mantém privada e apropriada por uma ínfima parcela da sociedade, gerando uma “[...] desigual distribuição de riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência do Estado e dos governos”. Nesse sentido, a concentração do capital representa um obstáculo a ser ultrapassado, tendo em vista que ele é diretamente responsável pelo aumento da miséria e da pauperização da classe trabalhadora.

A questão social é, portanto, o objeto de intervenção da profissão que vai ser chamada a mediar os interesses das duas classes distintas, podendo vir a fortalecer uma das duas. Nesses termos, a partir do desenvolvimento do capitalismo, o acirramento das expressões da questão social levou os trabalhadores a se organizarem em movimentos sociais e ações diretas, tornando pública as suas problemáticas. Posto o conflito, a burguesia se viu obrigada a encontrar meios para amortizar as mazelas deste modo de produção, em um primeiro momento junto à ação da Igreja Católica, e depois através da atuação institucionalizada das e dos assistentes sociais por intermédio da construção das políticas sociais.

No Brasil, Gonçalves (2018, p. 519) chama a atenção para a massa que constituiu a reserva da reserva, tornando-se os principais alvos das ações de caridade e do avanço das políticas eugenistas do Estado, como a construção de ações higienistas através da Assistência Social. A autora ainda ressalta que,

Ao tratar a todos(as) como trabalhadores(as), as análises sobre a profissão permaneceram desatentas acerca da questão racial. A categoria não pode ser compreendida sem que se considerem as múltiplas determinações de seu processo de constituição. A questão racial é, insistimos, o nó da questão social, e ganha novos contornos nos dias atuais.

Nesse sentido, é de suma importante salientar que as e os sujeitos de uma mesma classe não são afetados da mesma forma pelas expressões da questão social, em virtude da classe trabalhadora não ser homogênea, longe disso, esta é atravessada pelas contradições de gênero e étnico/racias que a estratificam. Historicamente, a população negra enfrentou muita dificuldade para ser aceita enquanto parte da classe laboriosa por conta, principalmente, da política de embranquecimento assumida pelo Estado brasileiro logo após abolição da escravidão, o que a levou a ser considerada, como parte de uma classe perigosa (GONÇALVES, 2018), sendo esse resultado da determinação sócio-histórica do avanço do capitalismo no país.

As contradições existentes tornam-se ainda mais evidentes quando temos que, segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, as mulheres, especificamente, representam cerca de 51,7% da população brasileira, população esta que tem cor definida: de acordo com os dados, 54,9% das pessoas se declaram pretas ou pardas. É neste processo que o racismo e o sexismo se implicam enquanto uma “[...] arma de dominação que fragmenta a classe trabalhadora, em especial neste momento em que o capitalismo não pode mais integrar massas imensas que se tornam cada vez mais supérfluas, descartáveis” (GONÇALVES, 2018, p. 520), constituindo-se enquanto elementos fundamentais para compreender os desafios impostos atualmente ao Serviço Social no cotidiano profissional, e também nas especificidades no que diz respeito à sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.

Esse processo dá nascimento ao atual Projeto Ético-Político do Serviço Social, onde a profissão assume posição em defesa dos interesses da classe trabalhadora, entendendo-se como parte da mesma. Ainda sobre a construção do projeto profissional, Netto (1999, p. 15) afirma que

Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

De acordo, ainda, com o oitavo princípio trazido pelo Código de Ética do/a assistente social (BRASIL, 2012), o Serviço Social vai fazer “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” Essa escolha se dará a partir do entendimento de que o processo de reprodução da vida na sociedade capitalista é fundada na exploração do meio ambiente e da força de trabalho, direcionando todo ônus desse modelo produtivo para a classe trabalhadora, conflito primordial estabelecido que não encontrará formas superação dentro do capitalismo.

Desse modo, os valores expressos pela profissão têm como referência histórica as lutas da classe trabalhadora e dos grupos socialmente discriminados, não sendo, portanto, abstratos. Ao contrário, a partir da compreensão do ser social como um ser ético-moral, indica que as mediações éticas, através da práxis profissional, se dirigem à construção de projetos e relações sociais pautadas em valores emancipatórios.

Entretanto, há grandes desafios postos que criam obstáculos ao avanço do Projeto Ético-Político da profissão. Em virtude da reestruturação produtiva em curso e suas repercussões no mundo do trabalho, Netto (2012) pontua que a partir da década de 1970 é possível notar mutações intensas nos âmbitos econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais; essa reestruturação do capital vai se dar com vistas a recuperação do seu ciclo reprodutivo, sendo uma resposta capitalista à crise como um enfrentamento superficial com vistas a ajustar os patamares de acumulação. Essas buscas que levam à mudanças na forma de produzir, nada mais são do que uma busca incessante pelo aumento do lucro.

Nesse sentido, o avanço do projeto neoliberal vai levar a um redesenho da divisão internacional do trabalho, através da manutenção de salários e condições de existência cada vez mais precárias, o que termina por flexibilizar as relações de trabalho. A relação do proletariado industrial nos países de capitalismo avançado vai impactar diretamente nas relações sociais por conta, principalmente, do desenvolvimento tecnológico, o que termina agravando o fenômeno do desemprego estrutural da sociedade de classes, através da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (*idem*).

Além disso, a privatização leva a uma degradação da vida moral, visto que cria um cenário de violência e de sucateamento da saúde e segurança pública, o que gera uma disputa pelo fundo público e a ampliação do lucro privado, especialmente nos países que se localizam nas periferias do grande capital. Isso também reflete a diminuição da soberania do Estado nacional, desencadeando um processo de desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros, e se expressando, principalmente, através do processo de especulação financeira que sofrem as economias nacionais, visto que não há uma considerável intervenção do Estado em relação aos movimentos do capital financeiro (*idem*).

Para Iamamoto (2015b, p. 144), a “velha questão social” metamorfoseia-se e ganha novas formas neste contexto de flexibilização e precarização das condições de trabalho, de aumento dos níveis de exploração e aprofundamento da desigualdade social, o que evidencia, desse modo, a distância existente entre o nível de “[...] desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações que o impulsionam”. Essa fratura vai se expressar, portanto, “[...] na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social”, tendo como alvo principal a classe trabalhadora em sua pluralidade constitutiva.

De acordo com Raichelis (2009), as novas manifestações e expressões da questão social são resultantes, portanto, das transformações do capitalismo contemporâneo, e se dão devido a um aprofundamento da desigualdade social, imposta pela contrarreforma do Estado, o que aumenta o nível de desemprego estrutural e promove um processo de precarização das relações de trabalho. Esse processo impacta em larga escala nas condições de vida e de trabalho das mulheres, especialmente das



mulheres negras. Em um estado neoliberal, verifica-se um processo de individualização e responsabilização do sujeito diante das expressões da questão social, gerando um grande impacto nas políticas sociais, que passam a serem construídas de forma fragmentada, focalizada e seletiva, perpassando pelo rebatimento nas relações entre o público e o privado.

É por isso que Akotirene (2019, p. 29), ao tratar da importância de se pensar políticas públicas voltadas para mulheres, destaca a importância de refletir sobre as particularidades que atravessam a vida das e dos usuários das políticas públicas, sobretudo no que diz respeito à condição das mulheres negras. Tendo em vista que essa população está “[...] num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, o avanço mais profundo fica impossibilitado”. Nesse sentido, a autora aponta para a necessidade de se dar visibilidade às particularidades de cada grupo, para que a partir dessa aproximação com a realidade se possa construir políticas específicas voltadas para os grupos que atualmente se encontram à margem do sistema produtivo.

Segundo Yamamoto, (2015b, p. 140),

As desigualdades agravam-se e diversificam-se, expressas nas lutas operárias, nas reivindicações do movimento negro, nas lutas pela terra, pela liberdade sindical e pelo direito de greve, nas reivindicações em torno dos direitos à saúde, à habitação, à educação, entre outros, assim como contra a degradação ambiental. Moderniza-se a economia e o aparelho de Estado, mas as conquistas sociais e políticas - ainda que registradas no último texto constitucional - permanecem defasadas, expressando o desencontro entre economia e sociedade, que se encontra na raiz da “prosperidade dos negócios”.

É possível então compreender o aprofundamento das desigualdades sociais, a desarticulação das lutas sindicais, o rebaixamento salarial, a elevação das taxas de juros e, por fim, a ampliação do desemprego, enquanto uma vitória neoliberal, tendo em vista o aumento e a disputa pela apropriação do fundo público pelo interesse privado. Dessa forma, ao considerarmos que “[...] o trabalho encontra-se no centro da questão social”, tem-se essa complexa relação social que está posta entre sociedade civil, Estado e

mercado, a qual se modifica conforme os interesses do grande capital (IAMAMOTO, 2015b).

O Brasil, atualmente sob o jugo do processo de mundialização e financeirização do capital e sem nunca ter rompido de fato com sua herança colonial, experiencia a “democracia restrita” tratada por Florestan Fernandes, tendo em vista a dissociação que há entre os interesses do desenvolvimento capitalista e do regime político democrático. Posto isso, o papel do Estado é fundamental visto que esse vai conservar os traços essenciais das relações sociais e ampliar a dependência do capital internacional, ao mesmo tempo em que criminaliza a pobreza, desmantela as políticas sociais e estabelece um Estado Penal, com vistas a favorecer a dominação da classe burguesa (*idem*).

## **2.2 O lugar social da mulher na sociedade capitalista**

Silvia Federici vai apontar o fato de que Marx, ao examinar como se dá o processo de acumulação primitiva, vai olhar a partir “do ponto de vista do proletariado assalariado do sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias”, enquanto que ela vai analisar as mudanças que foram impostas às mulheres, no que diz respeito a sua posição social e também a produção da força de trabalho. Para a autora, o processo do desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, a construção de uma nova ordem patriarcal através do processo de situação periférica das mulheres no sistema produtivo e a sua marginalização ao processo reprodutivo, com vistas a garantir a subordinação aos homens, “[...] foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras”. (FEDERICI, 2017, p. 26).

Ainda que Marx tenha reconhecido que o processo de colonização e extração de minério nas Américas, a conquista e a pilhagem das Índias Orientais e o comércio de peles negras na África, tenham sido fundamentais para estabelecer a acumulação primitiva e instituir a Revolução Industrial na Europa, o autor não faz nenhuma menção às mudanças introduzidas pelo modo de produção capitalista na reprodução da vida e da

força de trabalho das mulheres, a partir da construção de hierarquias sobre gênero, raça e idade, e que são ainda hoje constitutivas para a dominação da classe e a formação do proletariado moderno (FEDERICI, 2017, 118).

Essa perda de espaço passou a ser afirmada culturalmente e, em muitos casos, cientificamente, através de um processo que invisibiliza e desvaloriza o trabalho socialmente realizado pelas mulheres, ao mesmo tempo em que busca consolidar a sua naturalização. Saffioti (2013, p, 64) endossa a inserção subalterna da mulher na esfera produtiva, ao afirmar que

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Ou seja, através da hegemonia burguesa no campo das ideias, constitui-se este pensamento de que as mulheres eram naturalmente vocacionadas para os serviços voltados ao lar e à família, como a limpeza, os cuidados com a casa e com as roupas, com a educação dos filhos, a alimentação, etc. Nesse sentido, ainda hoje a manutenção deste lugar de invisibilização do trabalho não-pago desempenhado pelas mulheres, favorece à acumulação capitalista.

Nesse sentido, a sua integração nesta estrutura social lhe proporciona uma condição contraditória haja visto que a "(...) sua força de trabalho ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso que, no entanto, guarda uma conexão com a determinação enquanto mercadoria da força de trabalho do chefe da família" (SAFFIOTI, 2013, p. 96). A adaptação simultânea da mulher aos dois papéis contrários e impostos à ela socialmente intensifica as contradições presentes no seu trabalho e também as repercussões na estrutura de classes (*idem*).

Como destacado por Inácio (2013, p. 34), na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, não houve espaço para metade da humanidade tendo visto que,

apesar de fundar os direitos à liberdade e à igualdade enquanto direitos modernos, excluiu as mulheres desta declaração. Segundo a autora, como forma de protesto,

Olympe de Gouges redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em 1791, em que denunciava o caráter não universal e desigual da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Defensora do divórcio e da união livre, ela foi guilhotinada em 1793, sob a acusação de ter esquecido as virtudes de seu sexo, isto é, o destino de mãe e esposa.

Nesse sentido, “A promessa de igualdade não cumprida pela revolução francesa frustrou as expectativas das mulheres, especialmente daquelas pertencentes à burguesia e ao meio intelectual que buscavam o reconhecimento de seus direitos civis e políticos como cidadãs”. (*idem*). É somente graças a essas desvantagens sociais históricas enfrentadas pelas mulheres, aliadas ao processo de intensificação e da extensão da jornada de trabalho, e mantendo os salários mais baixos que os dos homens, que foi possível ao capitalista extrair o máximo de mais-valia absoluta, através da exploração de mão de obra feminina (SAFFIOTI 2013).

Esse processo é exposto, por exemplo, ao analisar se os dados recentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), extraídos do relatório anual “Panorama Social da América Latina 2016”, a demonstrar que “[...] as mulheres continuam sobrerrepresentadas nos quantis de menores rendas e que seu tempo total de trabalho é superior ao dos homens (...) o que limita a autonomia econômica feminina” . Isso se dá considerando a soma das horas que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico e a trabalhos não-remunerados, mais as horas de trabalho remunerado. No total, têm-se que “[...] As mulheres destinam até um terço de seu tempo ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, enquanto que os homens, somente 10%.” Ademais, a pesquisa também revela que “[...] o valor econômico do trabalho não remunerado que se realiza nos domicílios, e que não se contabiliza no PIB, equivale aproximadamente a um quinto do mesmo” (SOARES, 2019, p. 74).

Diante, portanto, da localização social das mulheres no mercado de trabalho, do acirramento das contradições impostas pelos papéis de gênero e dos aspectos estruturais da formação sócio-histórica do país, a situação é ainda mais complexa sob à luz dos marcadores sociais étnico/raciais tendo em vista que, historicamente, as

mulheres negras sempre ocuparam as posições mais precárias e subalternas na esfera produtiva.

Dessa forma, os serviços domésticos, por exemplo, ainda que socialmente necessários para garantir a reprodução social, são utilizados como uma das estratégias do capitalista para aumentar a apropriação da mais-valia produzida, também como uma forma de pressionar a redução do salário da classe trabalhadora, já que não há uma necessidade em pagar um salário para que sejam realizados, ou ainda, pensar estratégias de socialização das atividades domésticas em âmbito coletivo, pois há uma naturalização ao se reforçar culturalmente que essas funções sejam desempenhadas pelas mulheres em suas casas, como trazido por Saffioti (2013), ou ainda pelas mulheres negras nas casas de suas patroas (AKOTIRENE, 2019).

Akotirene (*idem*, p. 36) ainda vai ressaltar que “(...) necessitamos compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade”, resgatando a profundidade do olhar analítico sobre a condição historicamente determinada da realidade que se apresenta em seus desafios e potencialidades. Deparamos-nos então, necessariamente, com as questões relacionadas à opressão de raça e de gênero como estas sendo, não apenas uma face da ditadura do capital, mas sim terreno que estruturou e serve à manutenção do sistema capitalista, de forma a perpetuar as diversas formas de violência contra essas populações ao longo dos anos, e que se confirma no cotidiano profissional da/o assistente social.

De acordo com a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizada em 2019, atualmente 13,1 milhões de pessoas se encontram desempregadas no Brasil, sendo que 4,9 milhões se consideram desalentados, ou seja, são aqueles que, depois de mais de dois anos de busca, desistiram de procurar emprego. No total, 22% dos domicílios brasileiros não têm renda alguma e 64% têm renda total de até R\$1.988,20 reais por mês. Ainda segundo a pesquisa, mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico.

Nesse sentido, ao tratar sobre as atuais tendências no processo de reestruturação produtiva e de mundialização do capital, Antunes (2002) destaca a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres. Além desta, as demais

tendências, em especial à da subproletarização do trabalho, expressa através do trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e vinculado à economia informal, propende a afetar as mulheres que estão situadas nas periferias do sistema produtivo, sobretudo as mulheres negras. Essas relações sociais ganham materialidade teórica e analítica, por exemplo, quando as pesquisas demonstram que

Além da diferença de rendimento existente entre cor ou raça na população ocupada total, a desagregação simultânea do rendimento médio, por cor/raça e sexo, permaneceu mostrando que as mulheres, sejam elas brancas, pretas ou pardas, têm rendimento inferior ao dos homens da mesma cor. Entretanto, verificou-se que a proporção de rendimento médio da mulher branca ocupada em relação ao de homem branco ocupado (76,2%) era menor que essa razão entre mulher e homem de cor preta ou parda (80,1%) em 2018. A menor desigualdade entre rendimentos de pretos e pardos pode estar relacionada ao fato dessa população ter maior participação em ocupações de rendimentos mais baixos, muitas vezes, baseadas em piso mínimo. Esse comportamento ocorreu em todos os anos, de 2012 até 2018 (PNAD, 2018).

O aumento da concentração de renda em detrimento da ampliação do direito à justiça social nos coloca, portanto, em um cenário de aprofundamento da desigualdade social que precisa ser compreendido a partir das particularidades sócio-históricas e geopolíticas, tendo em vista que o acirramento das expressões da questão social não se dá sem a marca da contradição e da disputa de forças entre os interesses antagônicos das classes sociais. Sob a luz desta perspectiva, o lugar das mulheres no sistema capitalista de produção é marcado por uma série de violações ao corpo e ao espírito, mas também se destaca pela articulação de resistências e pelo tensionamento pela subversão da atual ordem societária.

### *2.2.1 Considerações sobre o Feminino Marxista*

Diante do acirramento das expressões da questão social, as mulheres encontraram maneiras de resistir aos processos de dominação, exclusão e opressão, tendo elas sido vistas e reconhecidas ou não. Considerando que as narrativas hegemônicas servem à manutenção da ordem capitalista, a construção de ações pautadas em uma perspectiva emancipatória, portanto, devem buscar na história a visão

e a ação dos grupos mais afetados pela colonização e pela colonialidade. Como discutido por Falquet (2016, p. 43), “[...] a situação das mulheres não privilegiadas por sua posição de “raça” e classe, as quais constituem a maioria da classe das mulheres e a parte dessa classe mais afetada pela globalização, deve ser colocada no centro da análise”.

Bonumá (2015, p. 19) destaca que, ainda que a teoria marxista seja em certa medida criticada por correntes feministas, justamente por não abordar durante muito tempo a centralidade das relações da família, do trabalho doméstico e da sexualidade na produção e reprodução das relações de classe “[...] que escaparam de seu escopo tradicional, por limites históricos, podemos dizer que o feminismo tem tido no marxismo uma das bases conceituais e teóricas fundamentais para o seu desenvolvimento”. Segundo Inácio (2013), o contexto histórico que criou condições para as lutas feministas, socialistas e marxistas é o mesmo. Conforme a autora (2013, p. 35),

O marxismo e o feminismo são produtos desse mesmo momento histórico, um período marcado por revoluções, revoltas e contradições. Um momento que vai das esperanças de igualdade e liberdade proclamadas pelo ideário moderno iluminista e burguês às revoltas dos (as) trabalhadores (as) e das mulheres diante das situações de desigualdade social, política e sexual postas no contexto do capitalismo do século XVIII/XIX.

É nesse processo que se inscrevem, então, as lutas feministas surgidas na passagem do século XIX ao XX, que vem afirmando a centralidade da luta pela emancipação das mulheres como elemento fundamental para a superação do atual contexto de opressão, nos espaços públicos e privados, e para a construção de uma alternativa societária, tendo em vista que o aprofundamento da desigualdade social afeta homens e mulheres (*idem*). Como trazido no ponto anterior, a localização social das mulheres aliada à reestruturação produtiva do mundo do trabalho, impacta na experiência de reprodução social da vida e da força de trabalho como um todo, sendo parte de um processo que, em seu bojo, vai expressar novos e velhos desafios postos não só às lutas feministas, mas para a classe trabalhadora como um todo.

Ao tratar sobre isso, Akotirene (2019, p. 13) destaca que, do seu ponto de vista,

[...] é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política

Combinadas, requererão dos grupos vitimados:

1. Instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero;
2. Sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários;
3. Atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão.

A assistente social, que é crítica do pensamento marxista, vai chamar a atenção para a matriz colonial moderna de que fala, articulando a interseccionalidade como ferramenta analítica fundamental diante da complexidade e pluralidade das experiências experimentadas pelas/os sujeitos, no tocante à raça, classe, nação e gênero. Essa compreensão vai refletir no que diz respeito à percepção acerca das vertentes existentes, das epistemologias, das metodologias e dos movimentos, por fim, sobretudo na apreensão da condição das mulheres negras no Brasil.

Trata-se, dessa maneira, na necessidade em se afirmar as mulheres enquanto matéria-prima, sujeito e também objeto do conhecimento, através de um processo que busca transgredir categorias supostamente neutras para categorias que são atravessadas pela divisão sexual e racial do trabalho, trazendo, nesse sentido, questionamentos “[...] em relação aos conceitos e às teorias existentes nas ciências sociais”, sendo assim “[...] uma contribuição importante de renovação teórica e da capacidade de conhecimento da realidade social que o feminismo tem provocado” (BONUMÁ, 2015, p. 15).

De acordo com Inácio (2013, p. 19), aqui no Brasil, esse processo “[...] tem impulsionado a (re)organização de diversas tendências feministas ‘anticapitalistas’ que disputam a hegemonia no interior das lutas feministas, demarcando diferentes posicionamentos teórico-políticos”. Isso vem se refletindo em uma reatualização do diálogo entre o marxismo e o feminismo que havia sido iniciado no contexto da década de 60/70, para pensar a construção de estratégias políticas orientadas pela perspectiva social crítica de Marx.

Nesse caminho, a interseccionalidade se revela um meio importante ao considerar a totalidade do modo de produção capitalista, em uma escala globalizada, não hierarquizando as opressões de classe, nação, raça e gênero, ou ainda reduzindo-as



enquanto lutas identitárias. Ao contrário, a articulação destes elementos são determinados pela organização da sociedade dividida em classes, implicando na vida das pessoas de forma a produzir experiências em grupos localizados.

Esse mecanismo vai operar no plano nacional e internacional, visto que objetiva diminuir as tensões dos países situados no centro do capitalismo mundial, à medida em que buscou integrar as mulheres no mercado de trabalho com uma política de pleno emprego, enquanto concomitantemente acirrava as contradições já existentes nos países subdesenvolvidos (SAFFIOTI, 2013).

Patricia Hill Collins<sup>3</sup> é uma das principais autoras do conceito de *feminist standpoint*, onde a mesma também se vale da compreensão sobre a matriz de dominação para pensar a intersecção entre as desigualdades, sem contudo haver predominância de um sobre o outro, visto que também busca valorizar as condições sociais que constituem os grupos. Nesse sentido, Akotirene (2019, p. 58) propõe que “a interseccionalidade, conforme vimos, nos coloca na encruzilhada do pensamento feminista negro”. Além disso, o que há ainda é a utilização equivocada do conceito por parte das feministas liberais, por exemplo, diante de considerações que são feitas acerca de gênero, de sexualidade, de raça e de classe, sem entretanto realizarem um debate anticapitalista.

A interseccionalidade permite, portanto, que o feminismo seja incorporado à outras dimensões a partir da experiência de outro grupo de mulheres, mais especificamente das mulheres negras, com vista a entender as diferenças que existem quanto aos atravessamentos da questão social, ainda que se trate de um mesmo eixo de opressão (RODRÍGUEZ, 2016). Ao contrário, o que ocorre por vezes é uma apropriação do conceito e um uso que, ainda que reconheça aspectos da desigualdade, acaba tentando mediar o processo de acumulação. Heleieth Saffioti (2013, p. 188) traz detalhadamente as contribuições e contradições dos movimentos feministas do Ocidente. No tocante ao feminismo liberal, a autora afirma que

Não obstante as limitações do feminismo pequeno-burguês, é inegável que ele desempenhou relevante papel nas sociedades competitivas, destruindo muitos preconceitos, rompendo tabus milenares, criando uma nova maneira de se encararem os papéis sociais da mulher. Todavia, do

---

<sup>3</sup>Collins apud Ribeiro (2017, p. 40).

ângulo da participação direta e efetiva da mulher no sistema produtivo de bens e serviços dominante nas sociedades de classes, a situação representa um passo atrás com relação à sua participação na vida econômica de outros tipos estruturais de sociedades em que era inferior o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, a conquista de certos direitos por parte das mulheres nas sociedades competitivas significa um refinamento das técnicas de marginalização de enormes contingentes femininos da estrutura de classes (...) Por mais progressista que tenha sido o feminismo pequeno-burguês, não se contentando meramente com a conquista dos direitos formais para a mulher, não chegou, contudo, a encarar a questão da igualdade entre os sexos em função de um tipo estrutural negador desta igualdade.

É por isso que Saffioti (2013) prossegue sua análise e apresenta como utópicas as pretensões das feministas liberais em conquistar a igualdade entre os sexos, visto que estas defendem uma transformação parcial da sociedade, sem contudo alterar suas bases fundamentais que geram as opressões. Neste sentido, este pensamento não poderia ser sequer enquadrado enquanto uma vertente feminista, pois contribui para a consolidação da sociedade de classes ao buscar uma aparência que dissimula suas contradições internas. Essa compreensão é uma maneira de inscrever os movimentos feministas como frutos e sujeitos da sociedade de classes, sendo amplamente marcados por uma diversidade constitutiva e, também, como sendo passíveis de reproduzirem em seu interior os equívocos analíticos e as divergências no tocante ao horizonte das lutas feministas.

É, portanto, a vertente teórica do feminismo marxista que fundamenta este trabalho, em uma perspectiva que bebe e se pauta na epistemologia do feminismo negro. O feminismo marxista vai, nesse sentido, enfatizar a economia política e a propriedade privada como questão articuladora dos demais elementos para, a partir daí, pensar o impacto do sistema capitalista na vida das mulheres e na reprodução de sua força de trabalho, assim como os caminhos possíveis inscritos na luta entre as classes.

### 2.3 A emancipação e autonomia das mulheres no projeto ético-político do Serviço Social

De acordo com Inácio<sup>4</sup> (2013), ao tratar da relação e dos limites entre emancipação humana e emancipação política, Marx vai afirmar que “[...] a emancipação política não gera a emancipação humana, ao contrário, ela se consagra pela cisão do ser humano entre a vida pública e a vida privada”<sup>5</sup>, sendo uma conquista parcial para o indivíduo, no âmbito das relações capitalistas.

A autora constata, com base na teoria crítica, que o processo de emancipação humana só será possível em uma sociedade que consiga ultrapassar o modo de produção capitalista, tendo em vista que o regime da propriedade privada impede o pleno exercício da igualdade, autonomia e liberdade, sendo o responsável pelo cenário de pauperização da classe trabalhadora.

Segundo ela (*idem*, p. 18), a emancipação das mulheres é entendida enquanto

[...] parte do processo mais amplo de emancipação humana, o qual supõe a eliminação da propriedade privada, das contradições de classe social e da exploração e alienação do trabalho próprias do sistema capitalista, bem como reclama o fim da opressão sobre as mulheres, em particular. Dessa forma, a emancipação das mulheres traz um elemento novo, na medida em que exige apreender as particularidades da opressão patriarcal sobre as mulheres na totalidade das relações sociais capitalistas.

A autora vai tratar, ainda, da constituição da perspectiva “feminista emancipatória” no Projeto Ético-Político do Serviço Social, já em um contexto sócio-político contraditório de avanço da agenda neoliberal. Ainda assim, a luta pela emancipação das mulheres, a partir de uma perspectiva liberal, limita-se ao horizonte da emancipação política e jurídica, mas não responde o conjunto de questões que atravessam a relação de compra e venda da força de trabalho, sobretudo no que diz respeito a opressão das mulheres no capital (INÁCIO, 2013, p. 36).

---

<sup>4</sup> Em sua tese de doutorado, Inácio (2013) trata sobre “*A emancipação das mulheres no projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas entre Marxismo e Feminismo*”.

<sup>5</sup> Marx apud Inácio (2013, p. 41).

Dessa maneira, “[...] a incorporação da perspectiva “feminista emancipatória” no conjunto das dimensões normativa, organizativa e teórica do Projeto Ético-Político, torna-se uma condição indispensável à completa renovação do Serviço Social e fortalecimento desse Projeto” (*idem*, p. 23). A autora ainda vai afirmar que

A partir daí, a profissão explicita o compromisso com um conjunto de princípios éticos, como a liberdade plena e a autonomia; a ampliação da cidadania; a democracia radical; a eliminação do preconceito e o respeito à diversidade; o combate à discriminação por questões de classe social, “gênero”, etnia, orientação sexual, identidade de “gênero”, entre outros; o compromisso com uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero e a articulação com os movimentos que partilham dos princípios do Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as, valores esses inscritos no horizonte da emancipação humana.

Nesse sentido, a constituição da autonomia vai depender não só do sujeito em questão, ainda que ele participe dessa criação, mas de condições externas no que diz respeito ao caráter social dos fenômenos, principalmente no que tange o acesso aos direitos sociais e a capacidade dos indivíduos em interferir, de maneira democrática, nessa rede de dependência que estabelece. Como é trazido por Campos (2008), o conceito de autonomia será abordado aqui enquanto a capacidade do sujeito de lidar com sua rede de dependência. Além disso, serve para entender como a autonomia pode ser usada como ferramenta dentro de uma perspectiva de mudança de valores na sociedade (HAESER; BUCHELE; BRZOWSKI, 2011).

Tendo isso, o capítulo 2 se debruçará sobre o movimento da economia solidária no país, considerando que as/os sujeitos envolvidos se propõem a construir uma economia paralela ao modo de produção capitalista. Esse processo vai englobar parcela da população vulnerabilizada, com foco na situação das mulheres inseridas nestas iniciativas, e se expressa como uma forma de enfrentamento e organização diante do aumento do desemprego e da informalidade no mundo do trabalho, buscando articular ferramentas que construam e fortaleçam as redes de autonomia desses sujeitos.

### 3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTO E CRÍTICA

A partir da década de 1980 em virtude, principalmente, das transformações no mundo do trabalho e da busca por alternativas frente ao desemprego (BONUMÁ, 2015) multiplicam-se iniciativas autogestionárias em diversos setores<sup>6</sup>, que vão buscar estabelecer outras relações entre capital e trabalho, com objetivo de organizar as relações de produção a partir do princípio da autogestão e da socialização dos meios de produção, o que abrange “[...] Toda uma gama de outras atividades econômicas que não envolvem diretamente uma relação contratual de compra e venda da força de trabalho são observadas nas diversas dimensões da sociabilidade humana” (IPEA, 2016, p. 7). São organizações que substituem o trabalho assalariado pelo trabalho associado, buscando modificar as estruturas hierárquicas de poder. Nesse contexto, (SANTOS; CARNEIRO, 2008, p. 8) destaca que

[...] multiplicam-se as experiências coletivas de trabalho e produção nos espaços rurais e urbanos, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, fábricas recuperadas (empresas autogestionárias), redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

A partir dos anos 1990, a economia solidária vai se ampliar enquanto uma forma de resistência frente à adoção da agenda neoliberal e à exclusão social herdada “[...] num país capitalista dependente como o Brasil, recém-saído de uma ditadura de mais de 20 anos, herdeiro de uma formação econômica e social marcada pela desigualdade” (BONUMÁ, 2015, p. 38). Estabelece-se ainda, a rediscussão da relação entre Estado e sociedade, buscando a supressão da dimensão estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que coloca o Estado enquanto agente responsável pela garantia dos direitos sociais, com o objetivo de responsabilizar a própria classe trabalhadora pela garantia de seus direitos.

---

<sup>6</sup> “Na década de 1980, cria-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que se converte em modelo de cooperativas autogestionadas; surge também a organização Cáritas do Brasil com uma proposta de projetos alternativos comunitários. Ambos constituem um exemplo das possibilidades de outras economias” (RODRÍGUEZ, 2016, p. 62).

Nesse sentido, no contexto atual, os empreendimentos solidários “[...] fundamentam-se em uma contradição: de um lado, originam emprego e autonomia aos trabalhadores e, de outro, são funcionais ao sistema capitalista de produção”<sup>7</sup>. Entretanto, eles ganham força enquanto uma alternativa de desenvolvimento do trabalho que se contrapõe ao trabalho alienado o que, segundo os autores (*idem*), vai produzir impactos na vida e na subjetividade do trabalhador, contribuindo “[...] para a construção de uma organização democrática, solidária, capaz de colaborar para que o indivíduo se torne sujeito de seu processo histórico”.

Tratam-se, portanto, de iniciativas de geração de trabalho e renda que apresentam princípios e valores contrários aos capitalistas e que podem ser, muitas vezes, impulsionados pelas próprias condições sociais e materiais postas às e aos trabalhadores. Os empreendimentos solidários podem se organizar através de associações, cooperativas, clube de troca e grupos de produção, realizando atividades como a produção de bens, de serviços, o comércio justo, o comércio solidário, trocas, inclusão social e finanças solidárias (SINGER, 2002).

Para ser considerado um empreendimento de economia solidária, este deve ser administrado de forma democrática, com a participação dos cooperados ou associados nas decisões, que são tomadas principalmente no espaço da assembleia geral. A gestão dos recursos deve ser transparente, para que todos tenham domínio das informações, e a distribuição dos resultados deve ser justa. Os preços também devem ser justos e seguir os princípios do comércio justo e solidário e as condições de trabalho devem ser dignas e respeitar a igualdade de gênero, raça, etnia e geração (*idem*).

Paul Singer (*idem*, p. 9), uma das principais figuras à frente da organização do movimento de economia solidária no país, propõe a realização da solidariedade na economia, “[...] organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar” como contraponto à competição meritocrática imposta pelo modo de produção capitalista, através da “[...] associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”. Em resumo, as e os sócios do empreendimento ou da cooperativa têm direito ao voto e à participação na tomada de decisões, sendo esse o

---

<sup>7</sup> Lima (2006) in Oliveira (2008, p. 329).

princípio básico da organização solidária. Se há diretoras/es, esses são eleitos pelos sócios, tornando-se responsáveis perante eles.

De acordo com Oliveira (2008, p. 328),

A aplicação desses princípios unifica a todos em uma única classe de trabalhadores. Segundo Singer, os resultados naturais dessa estruturação são: a solidariedade, a igualdade e a participação democrática. Esse conjunto de fatores faz com que os associados sejam mais conscientes, realizados e seguros.

O autor (SINGER, 2002) vai, ainda, defender a importância de um poder estatal diante da hipótese de uma sociedade onde a economia fosse majoritariamente composta por empreendimentos solidários, considerando o fato de que as cooperativas inevitavelmente acabariam competindo entre si. Dessa forma, seria imprescindível a redistribuição do dinheiro dos ganhos, através de impostos e subsídios fiscais, com vistas a preservar o direito à igualdade. A renda cidadã, por exemplo, é uma alternativa frequentemente colocada como uma forma de levantar fundos através do estabelecimento de um imposto regressivo.

Singer (2002, p. 10) aponta que a “[...] desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é (...) A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Para ele, a aplicação desses princípios resultaria em uma justa distribuição da riqueza socialmente produzida em cada cooperativa ou sociedade, ainda que também reconheça que, mesmo dentro de cooperativas solidárias, os sócios possam adotar certa diferença no valor das retiradas<sup>8</sup>, ainda que com um escalonamento muito menor que nas empresas capitalistas.

A administração do empreendimento solidário ocorre democraticamente, através da prática da autogestão. Em uma empresa pequena, é possível ainda que todas as decisões sejam tomadas em assembleias. Entretanto, no caso de grandes empresas ou cooperativas, as e os sócios podem eleger delegados para deliberar em nome de todos. Nesse caso, “[...] estabelecem-se hierarquias de coordenadores, encarregados ou

---

<sup>8</sup> *Retirada* é o termo utilizado para se referir ao valor que cada sócio receberá diante da receita obtida. O valor é decidido coletivamente, através de uma assembleia, assim como se haverá alguma forma de escalonamento.

gestores, cujo funcionamento é o oposto do que ocorre em suas congêneres capitalistas”, tendo em vista que as ordens e instruções são dadas pelas/os sócios, representando a autoridade maior do coletivo, e as demandas e informações são transmitidas de cima para baixo (*idem*, p. 18).

### **3.1 Breve trajetória institucional da Economia Solidária no país**

No que diz respeito à trajetória das iniciativas de economia solidária no Brasil e à institucionalização da política, o I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001, reuniu mais de 16 mil pessoas vindas de 117 países, em uma articulação que resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. De acordo com Santos e Carneiro (2008, p. 10), “[...] esse processo de debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária”, resultando na negociação, junto ao Governo Lula, da inserção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da economia solidária no país.

Em 2003, essa sequência de pressões populares pela institucionalização da economia solidária como estratégia política de desenvolvimento, resultou na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e que foi assumida pelo economista Paul Singer dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. É nesse momento que também é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) “[...] como espaço da sociedade civil que não se confundisse com o espaço público-estatal que seria a SENAES (SANTOS; CARNEIRO, 2008). De acordo com os autores (*idem*),

Após 2003, com uma política nacional começando a ser planejada e executada, Fóruns Estaduais de Economia Solidária foram sendo articulados e somando-se as iniciativas já existentes. Em 2005 já se afirmava a existência de Fóruns em todos os Estados do país. Oriundos dessas organizações estaduais foram criados também articulações regionais e municipais motivadas pelos processos operacionais instituídos pela SENAES (e/ ou pelo FBES) que implicavam em grupos de trabalho e políticos organizados. Em algumas regiões, esses espaços são visivelmente frágeis dificultando o fortalecimento do movimento.

Entretanto, foi no I Encontro de Empreendedores, que ocorreu no ano de 2004, em Brasília, que foi possível visualizar que “[...] o FBES não é uma organização



meramente constituída de agentes de apoio à economia solidária, mas sim um espaço que conjuga o setor popular com o poder público e entidades da sociedade civil, consolidando um movimento de diferentes categorias”. Em 2006 foi realizada a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), também em Brasília, que fortaleceu o debate entre o Estado e a sociedade, desembocando na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, segundo os autores, “[...] A diversidade de atores, as mudanças de representações e consolidação de ideias configuram a nova cara do movimento de economia solidária no Brasil (*idem*).

A discussão em torno da definição conceitual da economia solidária impulsionou um debate metodológico que culminou na realização do mapeamento nacional das iniciativas de economia solidária no país, como uma das primeiras políticas da SENAES (*idem*), sendo significativo porque

[...] possibilita maior visibilidade e reconhecimento de uma forma alternativa de produção pela sociedade brasileira; é um instrumento para conhecer a diversidade da economia solidária pelos próprios trabalhadores nela envolvidos, para sua organização e ação comum; e um meio importante para o planejamento de políticas públicas.

Dessa forma, os autores consideram que o movimento da economia solidária é um campo rico de análise, principalmente se tratando da relação entre autonomia-institucionalização, onde se entende que “[...] a formação desta Secretaria é uma ação do governo, mas em resposta à organização do movimento da economia solidária no Brasil”, o que não aconteceu, entretanto, sem que houvessem divergências quanto às relações que se estabeleciam entre Estado e movimento, e os limites que isso colocava aos empreendimentos solidários (*idem*), questões que são desenvolvidos no próximo ponto deste capítulo.

Um marco legal importante na trajetória da economia solidária no país, diz respeito à aprovação do Projeto de Lei nº 4685/2012, que dispunha sobre os empreendimentos econômicos solidários e criava o Sistema Nacional de Economia Solidária, além de outras providências (PNES, 2015). Entretanto, a partir da aprovação da Lei nº 13.844, fruto da Medida Provisória 870/2019 que buscou reorganizar as prioridades de gestão do governo

de Jair Bolsonaro, extinguiu-se o Ministério do Trabalho e do Emprego, relegando as frentes de participação social a terceiros, ou ainda, extinguindo-os também.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por exemplo, deixou de existir e as atribuições do movimento dos empreendimentos solidários foram colocadas enquanto responsabilidade do Ministério da Cidadania e reduzidas “[...] à política de assistência social e à de renda, associada ao conceito de cidadania, evidenciando que não é nesse ministério que se define estratégias da política de trabalho e de desenvolvimento do país”<sup>9</sup>.

Segundo dados do site oficial do governo, o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, que foi elaborado entre 2015 e 2019, “[...] é um instrumento de orientação das políticas públicas para os próximos anos e foi feito com a participação ativa do público da economia solidária durante as várias etapas da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária”, visando promover o direito à vida e à produção de forma associativa e sustentável<sup>10</sup>.

De acordo com o documento, o movimento da economia solidária representava uma resposta das/os trabalhadoras frente às transformações no mundo do trabalho, sendo “[...] uma alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças”. O Plano articula-se em três eixos, com objetivo de contextualizar as experiências de economia solidária, inseridas em uma conjuntura socioeconômica, política, cultural, ambiental, nacional e internacional; identificar os limites e as possibilidades da economia solidária no país; traçar estratégias a partir dessa análise prévia, com a identificação das demandas trazidas pelos empreendimentos econômicos solidários; e elaborar diretrizes operacionais que ofereçam subsídios para o desenvolvimento destas atividades (PNES,

---

<sup>9</sup> Informações retiradas da reportagem “Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização”, escrita por Leonardo Pinho, em 2019, e publicada virtualmente pelo Le Monde diplomatique Brasil. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>>. Acesso em: 04/10/2020.

<sup>10</sup> Plano Nacional De Economia Solidária. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/trabalhador/economia-solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 04/10/2020.

2015, p. 3). Ele consolida, portanto, diretrizes que servem enquanto marco legal, e que orientam a criação de planos a nível municipal e estadual (RODRÍGUEZ, 2016).

A autora também destaca que

[...] Nas prioridades temáticas do Plano Nacional, no seu eixo 3 sobre educação e autogestão, entre outras diretrizes, expõe-se que, em termos de educação para a economia solidária, devem ser consideradas as necessidades específicas de grupos populacionais como indígenas, quilombolas, mulheres e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros (LGBTT), pessoas com deficiências, etc., e que, além disso, deve-se garantir nestes processos educacionais o ensino de “História e Cultura afro-brasileira e africana”, segundo determina a Lei 10.639/2003. (*idem*, p. 63).

Dessa forma, “[...] Ao considerar o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica, a economia solidária aponta para uma nova estratégia de desenvolvimento, antagônica ao capitalismo”, o que se expressa através da democratização da gestão democrática dos empreendimentos, da justa distribuição dos resultados, da participação junto à comunidade local, na preocupação com o bem-estar das/os trabalhadoras, na preservação do meio-ambiente, assim como na relação com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório (PNES, 2015, p. 3).

A elaboração deste documento visava a construção de subsídios que possibilitassem elevar a economia solidária do patamar de política de governo, para uma política de Estado, deixando explícita a sua intenção de

[...] fomentar e fortalecer políticas públicas de economia solidária no âmbito municipal, territorial e estadual, implica também no fortalecimento das bases sociais e ampliação da força política e organizativa dos sujeitos, como condições para conquistar soluções permanentes e adequadas às necessidades e exigências da economia solidária e dos processos de desenvolvimento sustentável e solidário. (PNES, 2015, p. 5).

Entre os principais desafios postos está, portanto, a construção de um “[...] interreconhecimento da subjetividade coletiva, ou nas palavras do próprio movimento, a construção da unidade através da diversidade”, no tocante à pluralidade das e dos atores sociais que compõem o movimento da economia solidária e as diversas especificidades sócio-políticas e culturais (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Dessa forma, pode afirmar-se que as representações sociais precisam ser socializadas e situadas no espaço das lutas coletivas que buscam a transformação societária. O FBES, até então, vem representando este espaço a partir da construção e articulação de uma rede de participação e solidariedade. Ainda assim, “[...] economia solidária não pode ser comprimida num espaço de luta individual é preciso permitir o diálogo e interlocução entre a economia solidária e, diversos outros movimentos sociais” (*idem*), como é o caso do movimento negro, indígena, de mulheres, de desempregados, etc.

Nesse sentido, quando o PNES (2015, p. 7) trata das oportunidades para o fortalecimento da economia solidária no país, ele reconhece a necessidade pela “[...] Ampliação da adesão à economia solidária como estratégia emancipatória, com abertura de diálogos junto a diversos movimentos sociais e culturais”, onde destaco aqui a organização das mulheres e a articulação com organizações e movimentos sociais que defendem a justiça social, assim como “[...] o protagonismo de grupos historicamente excluídos como juventude, mulheres, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais nas práticas da Economia Solidária, através de políticas públicas que fortalecem a cultura e o território”.

Bonumá (2015, p. 37) ressalta ainda a rica trajetória das experiências autogestionárias no Brasil, especialmente dentro das comunidades indígenas e de quilombos em diversas regiões. O segundo mapeamento da economia solidária, realizado pela SENAES entre 2009 e 2013, por exemplo, “[...] registra um primeiro empreendimento de 1885, situado em uma comunidade quilombola e formado hoje por um pequeno grupo de mulheres jovens que produzem artesanato”. A autora realizou, ainda, uma tentativa de periodização do movimento da economia solidária no Brasil. De acordo com ela

[...] podemos considerar que no Brasil aconteceram três ondas de desenvolvimento do trabalho autogestionário. A primeira ligada a experiências de resistência e organização comunitária e às lutas de auto-organização do trabalho, com vários exemplos ao longo da história do país - quilombos, ligas camponesas, cooperativas coloniais, dentre outros, que acontecem até meados do século XX. A segunda, centralmente nos anos

1980 e 1990, como estratégia sindical para manter o trabalho dos demitidos, na recuperação de empresas falidas, e também como alternativa popular de geração de renda para setores excluídos do mercado pelo desemprego crescente desse período. A terceira onda, por fim, nos anos 2000, com o advento das políticas públicas de fomento à economia solidária de iniciativa de governos populares (...) e, a partir de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE criada no início do Governo Lula. Também é parte importante desta construção o movimento da economia solidária, articulado nos seus fóruns, congregando empreendimentos, entidades de apoio e gestores, tendo como marco a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2003. (*idem*, p. 38).

Em São Paulo, por exemplo, o Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES) integra outros 11 Fóruns regionais e municipais, reunindo e representando mais de 1000 iniciativas solidárias. Além da construção do Plano Estadual, o FOPES segue as direções definidas a nível nacional, e identifica alguns desafios no cumprimento das metas. Dentre eles, está a dificuldade enfrentada para articular e organizar os grupos que trabalham desse modo, de forma a garantir o reconhecimento dos valores da economia solidária, assim como a dificuldade com a burocracia e o financiamento, em virtude, sobretudo, da “[...] oposição de alguns setores da sociedade, principalmente aqueles detentores de poder político e econômico”. O alto nível de corrupção que marca e atravessa as relações sociais, políticas e econômicas do país também foi destacado enquanto fator que dificulta a concretização dos princípios solidários no país (RODRÍGUEZ, 2016, p. 62).

### **3.2 O movimento da Economia Solidária no Brasil**

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2007, foram identificados cerca de 21.859 empreendimentos solidários no país na época. A maioria desses empreendimentos, 77,8% do total, são estruturados com até 10 sócios e contam com as mulheres enquanto 45% dos participantes nesse tipo de organização, dado que foi detalhado posteriormente através

do mapeamento realizado pela SENAES (SOARES, 2019). Ao todo, “[...] estão envolvidos nesses Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) 1.423.631 pessoas associadas, o que demonstra que tais iniciativas englobam um contingente nada desprezível de trabalhadores em todo o território nacional” (IPEA, 2016, p. 23).

Segundo Santos e Carneiro (2008, p. 1), os agentes da economia solidária no país não estão poupando esforços em mobilizar um amplo conjunto de ações, consolidando o movimento da economia solidária enquanto um espaço de discussão coletiva. Dessa forma, o Fórum de Economia Solidária é, atualmente, “[...] a principal expressão do movimento de economia solidária no Brasil”. Os autores vão analisar, a partir de uma revisão teórica, se a organização coletiva dos movimentos de economia solidária pode ser situada enquanto um elemento novo no campo dos movimentos sociais (*idem*).

Ao tratar da discussão que existe entre a autonomia dos movimentos e a sua aproximação com o Estado e o mercado, e a relação com outros movimentos sociais, os autores (*idem*, p. 2) pontuam que

[...] diferentemente do passado, a discussão caminha para o questionamento de uma nova estrutura de ação desses movimentos e organizações que re-configure tanto a perspectiva autonomia-institucionalização quanto a perspectiva de inter-reconhecimento do sujeito coletivo de transformação e emancipação social.

Na prática, isso se dá tendo em vista o contexto de hegemonia da racionalidade neoliberal, o que termina por criar um cenário conflituoso de práticas e valores que oscilam entre relações sociais mais democráticas e aquelas que são movidas por interesses estritamente econômicos. Esse conflito impacta no direcionamento político das reivindicações que são postas pelos movimentos sociais, principalmente quanto ao caráter contestatório e revolucionário das mesmas.

Esse ponto é levantado também pelo PNES (2015, p. 8), quando destaca que o atual contexto político é fortemente marcado pelo avanço das políticas neoliberais, conduzidos por forças conservadoras da sociedade e que se utilizam da “[...] repressão, criminalização, cooptação e degeneração das estratégias e alternativas sociais emancipatórias”, representando uma ameaça à expansão e ao fortalecimento do projeto político da economia solidária no Brasil.

Nesse sentido, quando o documento trata das fraquezas da implementação desse projeto no país, destaco aqui a insuficiência das políticas de economia solidária para atenderem, em larga escala, as demandas dos empreendimentos econômicos, e também “[...] As dificuldades internas de sua organização social e política como movimento social e articulação com os demais movimentos” considerando, principalmente, a “[...] Formação política dos militantes da ES fragilizada em relação à consciência de classe, gênero e raça, o que é insuficiente para formar uma militância crítica e politizada” (*idem*, p. 14).

À vista disso, Santos e Carneiro pontuam ainda que nem sempre é clara a linha que define os valores e objetivos no interior dos movimentos sociais, o que acaba dissimulando as suas verdadeiras orientações práticas. Principalmente a partir da década de 1980, os autores destacam que, diante da queda do socialismo real, “[...] a tomada de poder do Estado deixa de ser o centro das reivindicações dos movimentos sociais” (2008, p. 3).

A Constituição Federal de 1988 vai criar a dimensão de um Estado como agente responsável pela garantia dos direitos sociais, cenário que passa a sofrer grandes tensionamentos a partir da adoção da agenda neoliberal, imposta pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Isso se expressa, principalmente, através de um processo de contrarreforma do Estado, onde há pressão política e econômica para a uma mudança de estrutura do mesmo, com vistas a privilegiar a manutenção do lucro privado em detrimento de investimentos nos setores públicos. É nesse aspecto que Marx (2009), no “*Manifesto Comunista*”, se refere ao Estado como “[...] um comitê para gerir os negócios da burguesia”.

Nesse sentido, diante da crise político-ideológica o foco dos movimentos emancipatórios volta-se aos “novos movimentos sociais”, que estão mais vinculados com a inclusão de novos direitos e a promoção da cidadania, através da correlação de forças que se estabelece entre sociedade civil e Estado, em um processo que apresenta particularidades na América Latina (SANTOS; CARNEIRO, 2008). No interior desta complexa relação onde implicam sociedade civil, movimentos sociais, Estado e mercado capitalista, Santos e Carneiro (2008, p. 6) vão pontuar que

Fica em aberto, no entanto, o debate sobre o lugar, a forma e a concepção de lutas ocupadas pelos movimentos sociais, organizações e comunidades diante de um cenário conflituoso entre valores e interesses divergentes e contraditórios. Se a concepção de autonomia e aproximação ao Estado e ao mercado deve ser reconfigurada, cabe-nos a indagação se esta reconfiguração lança luzes sobre as novas formas de articulação, mobilização e organização societária, e se podemos visualizar nestas novas formas, elementos de interreconhecimento da subjetividade coletiva de contestação e de transformação e emancipação social.

As iniciativas de economia solidária se inscrevem, portanto, neste cenário de acirramento das expressões da questão social e desmonte das políticas públicas, e também de transformação das relações entre Estado, mercado, sociedade civil e movimentos sociais. O mapeamento da SENAES também chama a atenção para o fato de que muitos empreendimentos se organizam não apenas em torno do aspecto econômico de geração de renda, mas em torno de objetivos que dizem respeito ao desenvolvimento comunitário a partir de articulações com demais iniciativas de representações políticas na defesa de suas demandas. Esse fenômeno não pode, portanto, ser desvinculado das tentativas de resistência das e dos trabalhadores frente aos efeitos negativos da globalização, tendo como consequência um alto índice de desemprego nas regiões urbanas e a diminuição da oferta e demanda de trabalho no meio rural (IPEA, 2016).

Pode-se notar o caráter heterogêneo do movimento da economia solidária ao se analisar a Tabela 1, que foi retirada do Relatório de Pesquisa publicado pelo IPEA sobre *“Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais”* dos empreendimentos. Segundo o documento, “[...] Suas experiências manifestam-se como uma clara expressão de uma economia plural em consonância com as múltiplas dimensões da vida cotidiana” (*idem*, p. 36).



**Tabela 1****Principais movimentos sociais (sindicais e populares) com participação dos EES**

Respostas	Total de EES	%
Movimento sindical urbano ou rural	6.550	33,2
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	4.042	20,5
Movimento popular ou comunitário	3.194	16,2
Movimento religioso ou pastoral	2.619	13,3
Movimento ambientalista/de agroecologia	1.992	10,1
Movimento de mulheres/gênero	1.990	10,1
Movimento cultural	1.607	8,2
Movimento de luta por moradia	1.549	7,9
Movimento de jovens/da juventude	1.268	6,4
Movimento de combate à fome	1.024	5,2
Movimento étnico/racial	818	4,2
Movimento dos catadores	603	3,1
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	299	2,6
Outros movimentos	955	4,8

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.

Obs.: Percentual em relação ao total de EES mapeados (19.708).

A tabela busca relacionar a participação dos empreendimentos econômicos solidários com os diversos movimentos sociais e demonstra uma permeabilidade do movimento na organização das lutas na sociedade brasileira, refletindo também a expansão da luta por cidadania que “[...] se constituíram nas últimas décadas e conformaram a agenda pública dos movimentos sociais e do Estado”<sup>11</sup>. É importante ressaltar que, no tocante à presença das mulheres no movimento da economia solidária, tema explorado no terceiro capítulo desta pesquisa, elas certamente estão presentes não somente na construção por uma outra economia, mas em todos os demais movimentos apontados na tabela acima.

Segundo os dados que foram levantados também, quando perguntado aos associados dos empreendimentos sobre as principais conquistas que perceberam ao organizar o trabalho a partir dos princípios da economia solidária (IPEA, 2016), a maioria dos entrevistados destacou a integração do grupo por meio do trabalho coletivo, assim como a geração de renda, a autogestão e o exercício da democracia a partir de um maior envolvimento das e dos sócios com as questões da comunidade local.

E, quanto aos desafios que enfrentam no dia-a-dia de trabalho, “[...] a questão da geração de renda adequada para suprir as necessidades das famílias envolvidas voltou a ser bastante citada, seguida de um ponto que também está diretamente relacionado

<sup>11</sup> Gaiger (2014, p 55) in Ipea (2016, p 36).

que é a viabilização econômica dos EES”. Destaco aqui também a garantia da Proteção Social como preocupação colocada por 39,3% dos empreendimentos entrevistados (*idem*, p. 36).

Entretanto, assim como já foi apontado, por essas iniciativas surgirem inseridas em uma sociabilidade capitalista, elas, em muitos casos, acabam dependendo de iniciativas privadas, seja através da concessão de equipamentos ou de empréstimos bancários, de forma a atender simultaneamente aos interesses do capital que encontram formas de se beneficiar desses processos de trabalho. Esta relação posta é exemplificada por Wellen (2012, p. 257), quando o autor destaca que

Em 2006, durante a realização de uma Conferência Internacional de Empresas e Responsabilidade Social, construiu-se um projeto intitulado de Fundo do Capital Solidário, em que empresas capitalistas se prontificaram a contribuir para o desenvolvimento da “economia solidária” no Brasil. Apoiado pela Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), numa gestão conjunta formada pela Rede Unitrabalho, pela Central de Cooperativas Unisol Brasil, pela ICCO (Fundação Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento), pela Fundação Banco do Brasil e capitaneada pelo Instituto Ethos, o acordo motivou os capitalistas a se disporem a integrar organizações de “economia solidária” nas suas cadeias produtivas (...) passando nos testes de rentabilidade, os empreendimentos de “economia solidária” seriam agraciados pelas empresas capitalistas através da “doação” de máquinas, equipamentos, softwares e até empréstimos financeiros. *A ideia que norteia tal acordo é que, a partir de tais aportes, essas organizações solidárias tornar-se-iam aptas a realizar uma produção econômica que melhoraria a vida de várias pessoas em situação de risco social, assim como dos próprios investidores capitalistas.* [grifo meu].

Além disso, como apontado por Santos e Carneiro (2008, p. 4) o avanço de um modelo de gestão gerencial do Estado, sob uma orientação neoliberal, vai repassar para a sociedade civil a sua responsabilidade na garantia de direitos da classe trabalhadora, reconfigurando a participação popular de maneira a limitar o pluralismo democrático. Nesse sentido, a gestão não é mais vista como um direito a ter direitos, como um direito à autodeterminação e auto-organização, mas sim como um modo de gestão. Dessa forma, entende-se que o modelo neoliberal é um empecilho ao aprofundamento da democracia e a renovação do pluralismo das lutas sociais, visto que também vai incentivar “[...] a participação da sociedade civil na relação com o Estado, com o Mercado e entre as organizações”.

Com relação a ideia trazida por Wellen (2012), a de que a gestão solidária dos empreendimentos seria apta a promover melhorias na vida das pessoas em situação de risco social, assim como gerar benefícios aos capitalistas que investem no projeto social da economia solidária, a lógica que está contida por detrás desse pensamento nos revela a contradição que marca a tentativa de se construir uma imagem de empresas capitalistas “responsáveis”, “solidárias” sem contudo haver a necessidade em se debater a urgência de se alterar radicalmente as bases do processo de acumulação, em virtude da distribuição desigual da riqueza socialmente produzida.

Até por isso, entendo que a aproximação das/os sujeitos envolvidos na construção da economia solidária no país com os demais movimentos sociais de caráter emancipatório, é algo que traz em si grande potencial reivindicatório, através da valorização das práticas que vem sendo construídas, principalmente, por quem se encontra à margem do atual sistema produtivo.

Tem-se, deste modo, um processo de transferência da responsabilidade do setor público para a sociedade civil, tendo esta enquanto “[...] complementaridade das funções do Estado”. Esse processo termina por contribuir com o enfraquecimento dos movimentos centrados em demandas sociais e políticas comuns, tendo como consequência a fragmentação do tecido social e “[...] um obscurecimento das distinções e divergências” (SANTOS; CARNEIRO, 2008, p. 5).

Esse acaba sendo um dos efeitos da pluralização das lutas sociais inseridas em um modelo de gestão gerencial, que separa e dilui os pontos convergentes entre os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que coloca a sociedade civil como executora descentralizada das funções estatais a partir de pactos pontuais direcionados pelos interesses do mercado, contribuindo para a criação de um cenário conflituoso onde diferentes visões de mundo se confundem e disputam os mesmos espaços (*idem*).

Scherer-Warren<sup>12</sup>, vai conceituar acerca de uma nova “rede de movimento social”, partindo da compreensão de que a sociedade civil brasileira apresenta

[...] um associativismo local que expressa as demandas locais e comunitárias. Este associativismo local cria formas de articulação inter-

---

<sup>12</sup> Scherer-Warren (2007) in Santos e Carneiro (2008).

organizacionais – fóruns e redes - que buscam relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, aqui representada pelas organizações e movimentos locais. Neste se dá também a articulação entre movimentos regionais, nacionais e globais, bem como a articulação com o Estado. Entendemos também, que além deste empoderamento da sociedade civil, a formação de redes e fóruns pode sugerir a migração para um campo comum de discussão, de atores que partilham certos objetivos e valores e que buscam dar maior visibilidade para suas ações, tanto para identificar o campo comum de ação, quanto para diferenciar-se de outros movimentos e organizações. Esta articulação dá margem a mobilizações na esfera pública.

Neste sentido, esta configuração de rede de movimento social tem potencial de articular e aproximar atores diversos, o que passa a ser um grande desafio segundo a autora, porque implica na afirmação da autonomia e institucionalização dos movimentos sociais perante ao Estado, ao mesmo tempo em que o exercício do controle social pela cidadania passa a ser exercido através da mediação com os demais movimentos sociais que apresentam demandas diversas e, por vezes, divergentes, no que diz respeito à luta de classes, de gênero, raça, cultura, etc (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Tendo isso, os autores vão apontar para o fato de que, em muitos casos, as demandas que se apresentam no interior do movimento não são reconhecidas enquanto pautas da economia solidária, mas de outras lutas sociais. Desse modo, Santos e Carneiro entendem que “[...] as experiências de economia solidária não têm condições de serem legitimadas se não unirem forças com os diversos sujeitos sociais” (2008, p. 14), o que demonstra a importância dessas iniciativas serem compreendidas a partir das determinações sócio-históricas, econômicas e políticas que compõem a totalidade do modo de produção capitalista, não podendo, dessa forma, serem relativizadas.

Os autores destacam, portanto, que os movimentos sociais persistem na sociedade brasileira, embora sofram alterações, principalmente porque são capazes de expressar resistência ao que os oprime, além de unirem forças para a construção do novo. Ainda assim,

[...] entendemos que se trata de novas respostas para velhos problemas. Os movimentos sociais são importantes e as realizações de suas bandeiras de luta são fundamentais para o avanço das conquistas para o conjunto da sociedade, ainda que no capitalismo. No entanto, essas lutas particulares precisam ser incorporadas às lutas mais gerais e históricas pela superação desta forma social, sob pena de que ao invés de fortalecer

a luta comum pela superação da ordem do capital, de estarmos fortalecendo o capital e com ele as desigualdades sociais que são próprias de seu desenvolvimento contraditório. É preciso afirmar que as lutas particulares e imediatas dos vários setores da classe, são lutas de toda a classe. (SANTOS; CARNEIRO, 2008, p, 14).

Por fim, o contexto sociopolítico e econômico que possibilita a ampliação destas iniciativas inseridas no movimento social da economia solidária, apresentadas enquanto lutas particulares, apresenta um aspecto contraditório pois, ao mesmo tempo em que de certa maneira não rompe, e até mesmo reproduz a divisão social e sexual do trabalho, por outro lado representa “[...] uma possibilidade de autonomia econômica e de participação social (...) que ressignifica a economia, trazendo o privado para a esfera pública e da produção”. Esse processo busca destacar a esfera reprodutiva enquanto fundamental para a manutenção da vida social, o que termina por atribuir um conteúdo novo para a economia solidária no Brasil (BONUMÁ, 2015, p. 13).

### **3.3 A crítica marxista ao projeto da Economia Solidária**

Nesse sentido, a compreensão de que a economia solidária é uma prática antagônica e que rompe radicalmente com o modelo de produção capitalista se revela equivocada, na medida em que esses empreendimentos passam a ser resultado das determinações dos novos tempos flexíveis, podendo até mesmo atuar conforme os interesses do grande capital. Nesse sentido, entende-se que “[...] esses empreendimentos fundamentam-se em uma contradição: de um lado, originam emprego e autonomia aos trabalhadores e, de outro, são funcionais ao sistema capitalista de produção”. É nesse sentido que Lima (2006)<sup>13</sup> vai destacar o ponto de que os empreendimentos solidários podem tanto significar autonomia, quanto precarização, dependendo do quanto fornecem às e aos trabalhadores as condições necessárias de vida, trabalho e direitos.

Ainda assim, de acordo com Singer, para que a autogestão se realize, todas as pessoas devem permanecer cientes do que ocorre no empreendimento e das alternativas disponíveis para a resolução de problemas, sendo o desinteresse dos sócios e “[...] sua

---

<sup>13</sup> (LIMA in OLIVEIRA, 2008, p. 329).

recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige” (2012, p. 19) o maior inimigo da autogestão. O autor vai também chamar a atenção para

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes (...) *Acontece que, até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa (...)* Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente: greves, manifestações de protesto, reuniões de comunidades eclesiais de base, ocupações de terra visando à reforma agrária e muitas outras. Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos. Entre as empresas solidárias, a autogestão se pratica tanto mais autenticamente quanto mais sócios são militantes sindicais, políticos e religiosos. (*idem*, p. 21-22). [grifo meu].

Ou ainda, como em um outro momento quando Singer (*idem*, p. 109) trata da reinvenção da economia solidária no fim do século XX, o autor compreende que

Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Por meio do emprego os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania “social”, que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção. Esta mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela economia solidária e pela tolerância com a introdução do assalariamento nas cooperativas e da “profissionalização” de suas gerências. Em termos quantitativos, o movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em plano mundial, mas qualitativamente é provável que a sua degeneração tenha se acentuado. Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomoda no assalariamento. *Tudo isso mudou radicalmente a partir da segunda metade dos anos 1970, quando o desemprego em massa começou o seu retorno (...)* Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada. [grifo meu].

Posto isso, neste ponto incidem largas críticas ao pensamento de Paul Singer, principalmente quanto aos limites da compreensão do autor acerca dos processos de trabalho nos empreendimentos solidários, desconsiderando que o processo de mundialização do capital determina a organização das relações sociais na sociedade capitalista, assim como a realidade material e imaterial da classe trabalhadora. Não se

trataria exatamente, portanto, de uma insuficiente formação democrática dos atores sociais implicados na luta de classes, mas reflexo da falta de condições concretas que possibilitassem a vivência de um regime político democrático, o que o próprio autor reconhece ao apontar o ressurgimento dos empreendimentos solidários em um contexto de aumento dos níveis de desemprego.

Santos e Carneiro (2008, p. 9) destacam ainda que, embora a economia solidária seja incipiente para superar a questão social, esse modo de pensar o trabalho pode de fato representar uma possibilidade de superar os processos que estão postos socialmente, tendo em vista que representam “[...] uma dinâmica diferenciada provocada por trabalhadores em situações complexas e que sinaliza para algumas mudanças”, sendo necessário então lançar um olhar para a totalidade do processo.

Entretanto, os autores reconhecem também as críticas elaboradas à economia solidária, que vão apontar essas iniciativas enquanto “[...] um processo inibidor da luta histórica dos trabalhadores, que se trata de um movimento de formalizar a informalidade do trabalho e que não compromete as relações capitalistas estabelecidas.” (*idem*, p. 8). Dessa forma, é de suma importância pontuar acerca das contradições que recaem sobre os empreendimentos de economia solidária, no que diz respeito a uma análise sobre a perspectiva materialista histórico-dialética, considerando que “[...] O que determina a função social de qualquer objeto de pesquisa não são os discursos proferidos por seus representantes, mas as relações de interdependência desse objeto com a totalidade social” (WELLEN, 2012, p. 24).

O autor vai também apontar elementos no pensamento de Paul Singer que

[...] servem para exemplificar a visão hegemônica adotada nesse projeto social: a hipótese de que as experiências de “economia solidária” surgiram para ocupar os espaços deixados pela crise que afetou o mercado e o Estado. Vale salientar que pouco se discute sobre o caráter ou a causa dessa crise, identificando-se apenas alguns dos seus efeitos, o que induz a uma análise setorialista ou atomizada, ao restringir a existência da crise ao espaço interno das instituições, ou ainda, a uma degenerescência natural dentro destas, como seria o caso da burocracia. (WELLEN, 2012, p. 52).

A análise de Wellen (*idem*) se dá em virtude da compreensão equívoca de que “[...] A lacuna surgida pela crise nas instituições estatais e civis resultaria na ausência de

alternativas sociais capazes de transformação social”, tendo como saída única atuações sociais e políticas localizadas de menor expressão. O autor apresenta esta concepção sobre as iniciativas de economia solidária, considerando os resultados de sua pesquisa que apontam para o fato de que, dentro de mais de vinte mil empreendimentos, não há uma consubstancialidade que aponte para uma “[...] funcionalidade contrária ao capitalismo e sua consequente defesa dos trabalhadores e de implementação de espaços igualitários e democráticos, nem para uma atuação autônoma e sem laços com instituições capitalistas.” (*idem*, p. 56).

Ainda de acordo com o autor, as relações sociais contraditórias estabelecidas entre a autonomia da organização dos empreendimentos solidários e os vínculos criados com o Estado e representantes da classe dominante, constituem o principal desafio posto para as e os pesquisadores do tema, no que diz respeito à apreensão das particularidades do processo, somado também com os desacordos teóricos e analíticos entre as/os representantes deste projeto (*idem*, p. 60).

O próprio Paul Singer (2004, p. 21) revela em suas análises o uso equivocado de categorias marxistas quando diz, por exemplo, que o desenvolvimento da economia vem se dando de forma mista, sendo resultado de uma combinação complexa entre modos de produção diferentes. Segundo o autor, a reestruturação produtiva em curso teria contribuído para a descentralização do capital produtivo, o que acabaria abrindo espaços na sociedade para o avanço de empreendimentos menores e/ou guiados pela solidariedade. Ainda de acordo com ele,

Se a economia contemporânea fosse unicamente capitalista, como Marx supôs que acabaria sendo, o desenvolvimento também seria governado pela lógica do grande capital. Se a economia no futuro se tornar completamente solidária (ou socialista), é de se esperar que o desenvolvimento será governado pela lógica da solidariedade. *Mas, até o momento, a previsão de Marx não se realizou. O desenvolvimento econômico ao longo dos dois últimos séculos não tendeu a eliminar os modos de produção não-capitalistas – a pequena produção de mercadorias, a economia social e solidária e a economia estatal – e nas últimas décadas reforçou a presença e o papel destes outros modos de produção no seio da formação socioeconômica dominada pelo capitalismo.* [grifo meu].



Ao buscar apreender qual a real função social dos empreendimentos solidários na economia capitalista brasileira, Wellen (*idem*, 2012, p. 245) traça um importante paralelo entre a promoção de autonomia e emancipação X o aumento da exploração da/o trabalhador e o processo de subsunção do trabalho ao capital. Segundo ele, sobre a reestruturação produtiva em curso e as mudanças incorporadas pelo modelo toyotista na produção,

As organizações da “economia solidária” aparecem, aos olhos de defensores dessa perspectiva, como laboratório privilegiado desse peculiar processo de emancipação do trabalho. Como pano de fundo se afirma que, como nessas formas de organizações da produção todos estão unidos com o mesmo objetivo comum, ocorreria uma tendência à superação da alienação, promovendo o retorno do controle do trabalhador sobre o processo e resultado de trabalho, colocando um ponto final na subsunção do trabalho ao capital.

O que se verificou em sua pesquisa, entretanto, é que “[...] esses empreendimentos podem se inserir facilmente em práticas contemporâneas de flexibilização da produção, atendendo muito bem às necessidades do capitalismo neoliberal” (*idem*, p. 260), tendo em vista que “[...] escamoteiam-se os laços de subordinação da ‘economia solidária’ perante o capital” (*idem*, p. 267).

Em outras palavras, Wellen (2012) considera que é uma ilusão acreditar que se possa produzir de forma autônoma, ou mesmo defender que a economia solidária seja um outro modo de produção, a partir de interesses subjetivos particulares. Ao contrário, ao verificar como se configuram as condições de trabalho e autonomia nas cooperativas e empreendimentos solidários no Brasil, tendo como base o banco de dados da SENAES, o autor verificou que:

1. “[...] mais da metade não consegue uma remuneração financeira capaz de gerar sobras, e quase um quinto não consegue sequer pagar as próprias despesas”, o que implica na dificuldade desses investimentos solidários em pagar alguns fundos sociais, como os que são voltados à previdência, educação, formação e segurança no trabalho, em decorrência da sua condição financeira bastante delicada, o que influencia diretamente nas condições do trabalho realizado nestes espaços (*idem*, p. 230);

2. “[...] cerca de um quinto não recebe nada, aproximadamente metade recebe até meio salário mínimo e quase 70% recebe uma remuneração máxima de um salário mínimo” (*idem*, p. 232);
3. “[...] e o dado mais alarmante: quase três quartos dos entrevistados afirmaram que não recebem nenhum benefício trabalhista. Tais dados demonstram a precariedade das condições de trabalho em que se encontram os integrantes da economia solidária”, o que leva, por fim, que a experiência de trabalho nesses empreendimentos se dá como uma alternativa, até que se consiga um emprego formal (*idem*, p. 233).

Diante desses desafios postos aos empreendimentos solidários, Santos e Carneiro (2008, p. 14) vão chamar atenção para o fato de que eles de fato apresentam uma debilidade quanto ao capital financeiro e às suas condições técnicas. Entretanto, os autores vão contrapor isso ao aspecto do desenvolvimento solidário enquanto alternativa de geração de renda. Sobre isso, os autores defendem que,

[...] Mesmo com essa dificuldade, os EES se sustentam, pois as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário dos mesmos. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático são fatores decisivos para que a economia solidária seja sustentada e configurada como alternativa de geração de trabalho e renda e alternativa para o trabalhador viver outra relação de trabalho, que impede a acumulação de capital e promove outras representações sociais. A participação, responsável pelo envolvimento do trabalhador com esse processo é também responsável por um desenvolvimento pessoal dos trabalhadores que se permitem conceber novas representações, por isso, é possível dizer que os benefícios oriundos do trabalho coletivo e cooperativo extrapolam o material e o econômico. É esta mesma categoria, participação, que provoca os trabalhadores a buscarem um envolvimento com uma dinâmica maior que implica num movimento unificado e numa rede de solidariedade.

Ainda nesse sentido, ao apresentar uma outra perspectiva sobre estas iniciativas quanto ao efeito positivo que deriva da incorporação do trabalho associativo ou cooperativo, Asseburg e Gaiger (2007) indagam sobre os efeitos da admissão dos princípios da economia solidária sobre as e os trabalhadores, no que diz respeito à incorporação de valores igualitários, nos planos econômicos, políticos e culturais. De acordo com os autores,

Sua natureza associativa, distinta das organizações estruturadas em relações contratuais e hierárquicas, deve exercer uma força instituinte de condutas e valores, com reflexos nas condições de trabalho, na renda e qualidade de vida de seus membros. Contudo, é insuficiente presumi-lo ou apenas constatá-lo genericamente, sem examinar as práticas que traduzem amiúde essa inclinação igualitarista, de modo a identificar as ações mais significativas e aquilatar seus efeitos e limites. Do mesmo modo, é importante compreender as condições sociais que favorecem as práticas igualitárias, em particular quando decorrem de deliberações dos próprios empreendimentos, à proporção que sua *lógica* de funcionamento vai tornando racionalmente preferível, ou mais *lógico*, adotar princípios igualitaristas.

Segundo eles, as iniciativas de economia solidária apresentam um diferencial no tocante à redução da desigualdade econômica, por alterar esta relação entre quem detém a força de trabalho e o capital, superando este antagonismo. Dessa forma, os excedentes produzidos deixam de serem expropriados e se reverterem para os trabalhadores, sob a forma de distribuição direta ou como capital compartilhado, podendo assim impactar positivamente nos níveis de autonomia desenvolvidos a partir da gestão de empreendimento solidário (ASSEBURG; GAIGER, 2007).

É nesse sentido também que os autores apontam para o fato de que as experiências mais bem-sucedidas entre as iniciativas de economia solidária não se constroem isoladamente, mas a partir de parcerias e articulações com ONGs, movimentos sociais e também com o poder público. Isso implica, dessa maneira, na necessidade destes empreendimentos estarem conectados com o seu meio, a partir de “[...] arranjos produtivos que articulam interesses e atividades sociais, econômicas e políticas. Vários deles passam a ter peso e reconhecimento em seus locais de inserção, onde assumem funções de atores do desenvolvimento” (*idem*).

Para eles, as iniciativas de economia solidária se encontram situadas entre o fogo cruzado promovido pela classe burguesa, já que esta busca cada vez mais artifícios para baratear e precarizar a força de trabalho, e representam uma busca da classe trabalhadora por alternativas de geração de renda, o que evidencia a possibilidade em promover benefícios, tais “[...] como as retiradas mensais garantidas, o sentimento de aceitação social e o orgulho de pertencer a uma comunidade” (*idem*).

Posto isso, de acordo com Asseburg e Gaiger (2007), é de suma importância promover a visibilidade destes empreendimentos solidários, como uma maneira de legitimá-los e reconhecê-los diante da esfera pública através de um marco legal, entendendo que são iniciativas que surgem a partir da organização de populações que são atravessadas por uma condição de vulnerabilidade social, que buscam resgatar a solidariedade e a cidadania a partir da promoção do desenvolvimento regional<sup>14</sup>. Em suma,

Por ora, importa reconhecer que seus ganhos modestos são valiosos porque derivam da preservação, da revitalização ou da introdução de formas de produção da vida não-capitalistas. Tais formas são fundamentais para a vida dos pobres e para os indivíduos que vivem do seu trabalho, por terem a virtude de abrandar a sujeição destes à economia dominante e de conjurar o exclusivismo das relações de subordinação e expropriação (...) *O valor talvez mais fundamental dos experimentos de economia solidária reside na mudança e no bem que acarretam para seus próprios protagonistas, ao escaparem da lógica dominante de classificação social. Eles criam sujeitos de suas relações econômicas e de seus vínculos sociais, colocam (mais uma vez) novos atores em cena, em favor de um presente mais digno e inclusivo, aumentam as possibilidades de um futuro melhor.* Esses sinais, pequenos, mas de energias vivas e combatentes, compõem uma parcela da base social necessária para sustentar pressões favoráveis a um novo sistema de regulação e de instituição social da economia. [grifo meu].

#### **4. AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A dimensão ético-política do Serviço Social parte da compreensão acerca da ontologia do ser social e do acúmulo do gênero humano, tendo em vista o desenvolvimento do processo de trabalho, para pensar questões que dizem respeito aos valores, a moral, a ética e, portanto, a possibilidade em realizar escolhas, seja no miúdo do cotidiano, ou enquanto sujeitos políticos na busca pela construção de alternativas ao projeto social do capital. Isso consolida para a/o assistente social, portanto, um *ethos profissional* interventivo que parte de uma perspectiva emancipatória (BARROCO, 2012). De acordo com a autora,

---

<sup>14</sup> Vieira (2005) in Asseburg e Gaiger (2007).

[...] O Código de 1993 afirma a centralidade do trabalho na constituição do homem: sujeito das ações éticas e da criação dos valores. Revelada em sua densidade histórica, a sua concepção ética está articulada a valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia, e ao conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos) defendidos pelas classes trabalhadoras, pelos segmentos sociais excluídos e pelos movimentos emancipatórios ao longo da história. (*idem*, p. 18).

Dessa forma, ao compreender a necessidade por uma prática profissional que consolide o exercício da cidadania por parte da população que é atendida pelas políticas públicas, evidencia-se o interesse de uma maior investigação da temática para a profissão, tendo em vista que a economia solidária propõe princípios que em certos pontos convergem com os do Serviço Social, onde destaco aqui aqueles que dizem respeito à busca pela ampliação da autonomia das/os sujeitos que compõem esse movimento, ao fortalecimento das redes de dependência, como trazido no primeiro capítulo, assim como a urgência de agir em nome de uma transformação societária.

De acordo com Silva (2016, p. 12), existe uma dupla tarefa posta a estas iniciativas: “[...] superar os limites colocados pela ordem econômica vigente e avançar na construção de novos parâmetros de organização e articulação [...]”, considerando, principalmente, o cenário contraditório em que emergem, que é marcado pelos limites existentes entre o possível e o desejável. A autora vai chamar esse processo de “economia submersa”, visto que vai ser desenvolvida majoritariamente por “mulheres, migrantes, negros, pessoas com deficiência física e mental, idosos, adolescentes, pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional, que se refugiam na informalidade”.

À vista disso, no capítulo anterior foram explanados as principais contradições e desafios que atravessam a construção dos empreendimentos econômicos solidários no país, pois se entende que essas experiências estão inseridas em um contexto sócio-histórico, político e econômico que não só favorece o desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas conquistados historicamente através da luta de classes, como também promove políticas de genocídio do Estado brasileiro contra a população. Também se compreende que o movimento da economia solidária, sozinho, não tem

condições de promover a transformação social, tendo em vista o aprofundamento da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida.

Entretanto, ao buscar articular-se e compor a agenda política de outros movimentos sociais, além de reconhecer os limites concretos da economia solidária, é possível, ainda, identificar as transformações promovidas pelo movimento. Como destacado no Código de Ética Profissional do Serviço Social (2012, p. 22), “[...] É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui (...) dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade”. O Código reconhece ainda que, partindo dessa compreensão, ela já apresenta em si mesma uma outra projeção de sociedade capaz de garantir as e aos trabalhadores “[...] um pleno desenvolvimento para a intervenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação”.

Este capítulo tem como objetivo, portanto, dar visibilidade às particularidades no que diz respeito ao enorme contingente de mulheres que, atualmente, encontram neste movimento não só uma fonte de geração de renda, mas um espaço que promove o regaste de valores democráticos, que pressupõe a valorização da construção coletiva, da escuta, e que, principalmente, possibilita que as e os sujeitos sejam protagonistas do processo de trabalho que vivenciam e executam. Segundo Oliveira (2008, p. 332) “[...] por sua característica autogestionária, o exercício da participação, da convivência, constrói novas relações entre as pessoas e se torna um campo fecundo de luta por reconhecimento social”.

#### **4.1 Quem são essas mulheres?**

De acordo com Oliveira (2008), o cooperativismo e o desenvolvimento industrial vão surgir juntos, sendo que o primeiro representa uma tentativa em amenizar os problemas decorrentes desse modelo de organização do trabalho centrado no capital, tendo o desemprego, a produção em massa, a exploração, etc, como expressões do conflito fundamental estabelecido entre as classes. Dessa maneira, a prática cooperativa

passa a ser reconhecida por possibilitar a solidarização do capital e a autogestão, perpassando o universo do trabalho, principalmente do trabalho feminino.

Nesse aspecto, os empreendimentos econômicos solidários têm sido pensados enquanto uma alternativa concreta de geração de trabalho e renda, podendo impactar não somente na diminuição das desigualdades, mas na contribuição com processos vinculados à “[...] solidariedade, participação democrática e emancipação social”. Estas iniciativas compõem um cenário onde a precarização do trabalho feminino se acirra, tendo em vista que a inserção das mulheres no mercado não diminuiu o peso que incide sobre essa população, sobretudo por conta da divisão sexual do trabalho. Ao contrário, situadas à margem do sistema produtivo e enfrentando por vezes, condições desiguais de trabalho em relação aos homens, elas representam atualmente os maiores índices de desemprego, considerando que a fragmentação das políticas públicas de Estado, “[...] além de não conferir a elas os direitos constitucionalmente garantidos, ainda não promove a emancipação e o reconhecimento” (*idem*, p. 326).

Em sua análise, a autora identifica que a desigualdade no Brasil se dá, sobretudo, devido à formação sócio-histórica do país, que tem em sua base uma estrutura escravocrata que persiste mesmo após o período da abolição, deixando um ranço colonial que persevera até os dias de hoje. É por isso que, desde os primórdios, “[...] é possível verificar uma relação densa entre trabalho e desigualdade (...) O trabalho escravo é a forma de labor mais precária que a sociedade brasileira já conheceu, e, ainda hoje, restam resquícios dessa experiência entre nós” (*idem*).

Assim como Oliveira (*idem*, p. 327) em relação às iniciativas de economia solidária, este trabalho busca analisar a “[...] possibilidade de reinserção social dos indivíduos que são vítimas do desemprego ou subempregos, sobretudo as mulheres que, como já foi apontado, têm uma participação cada vez mais intensa no campo do trabalho” (*idem*), sendo a população mais afetada por este processo. Segundo Silva (2016, p. 13), “[...] no caso das mulheres, estas se encontram em ocupações desprotegidas, mal remuneradas e instáveis, confirmando assim a permanência de uma hierarquia de gênero e cor”.

Ainda nesse sentido, a flexibilização, desregulação e precarização das condições de trabalho causam impacto em todos os setores produtivos, resultando em um amplo processo que a autora vai chamar de “eliminação dos direitos sociais”. Na prática, criam-

se cada vez mais barreiras que impedem a qualificação das e dos trabalhadores, o que dificulta o ingresso dessa massa nas estruturas modernas do mercado, empurrando-a cada vez mais para a esfera da informalidade (OLIVEIRA, 2008, p. 327).

Interessa ao Serviço Social, portanto, a investigação sobre estas iniciativas solidárias que surgem enquanto “[...] diversos mecanismos com vistas a proporcionar a esses indivíduos que estão à margem da vida social a oportunidade de suprir suas necessidades básicas [...]” (*idem*). De acordo com Soares (2019, p. 13), ao pesquisar acerca das práticas feministas na Rede Economia Solidária e Feminista<sup>15</sup>, a economia solidária tornou-se “[...] um ambiente em que as mulheres buscam formas alternativas de sobrevivência ao mesmo passo que se organizam e desenvolvem formas de participação no espaço público”.

A razão é que essa conjuntura coloca os empreendimentos solidários como uma oportunidade efetiva para que as mulheres rompam com essa realidade, na tentativa de enfrentar a intensificação do desemprego, subemprego e da desigualdade. Gaiger (2007) vai conceber estas iniciativas

[...] não só como fonte de geração de renda e trabalho, mas destaca também o quanto eles são importantes no fortalecimento de indivíduos ou grupos com capacidades de ação, ou seja, uma participação efetiva e democrática. A união em torno de objetivos comuns, juntamente com o espírito da solidariedade, coragem e vontade de mudar a própria vida, são instrumentos de transformação social e tornam-se a luta pela dignidade e emancipação social mais eficaz e abrangente. (OLIVEIRA, 2008, p. 329).

Segundo a autora, as iniciativas solidárias organizadas por mulheres “[...] são frequentes na área da alimentação, costura e da manutenção de roupas e panos, saúde, dos serviços de tratamento (creches), educação, formação, entre outros”, sendo, primeiramente, uma própria resposta às necessidades básicas mais imediatas das mulheres. Ainda que a geração de renda não promova a extinção das desigualdades de sexo, pode promover impactos mais abrangentes, principalmente no âmbito das relações de trabalho e no papel da mulher dentro da família (*idem*).

---

<sup>15</sup> “A Rede Economia Solidária e Feminista busca reconhecer o movimento das mulheres pela igualdade de gênero, raça, etnia, classe e o seu papel como sujeito do desenvolvimento econômico e social numa economia fundada na solidariedade, que é um dos princípios norteadores da I Conferência Nacional de Economia Solidária” (SOARES, 2019, p. 17).



Bonumá (2015, p. 44) vai destacar que são incipientes os dados que investigam a realidade das mulheres na economia solidária, sobretudo quando se trata de estudos analíticos. De acordo com o primeiro levantamento nacional realizado pelo Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) em 2005, e uma pesquisa complementar em parceria com a FINEP, em 2007, aponta que haviam, na época, “[...] 21.859 empreendimentos de economia solidária no Brasil, abrangendo 1.683.693 integrantes, sendo 37% de mulheres e 63% de homens”.

Entretanto, o que chama a atenção da pesquisadora é que os dados não correspondem às evidências empíricas, considerando que é notável “[...] a participação amplamente majoritária das mulheres nos espaços de comercialização e de representação da economia solidária (...) demonstrando que as mulheres participam bem mais”. A hipótese levantada pela autora é a de que “[...] talvez as mulheres sejam ainda pouco visíveis, inclusive para suas organizações e, assim, talvez não tenham sido registradas em toda a sua dimensão” (*idem*).

Tendo isso em vista, a autora participou do Projeto Brasil Local na Economia Solidária e Feminista, onde foi realizado um mapeamento acerca de 360 empreendimentos majoritariamente femininos, em nove estados que abrangeram as cinco regiões do país (ver Quadro 1 abaixo). Segundo Bonumá, destes “[...] apenas 24 (6,6%) constavam no SIES em 2012 (ocasião da sistematização das informações do BL Feminista), demonstrando o problema da subnotificação destas iniciativas”. Ao todo, os empreendimentos mapeados pela autora englobaram 3.868 mulheres e apenas 155 homens (*idem*, p. 47).

### **Quadro 1**

Quadro 1 - Números de empreendimento solidários, por estado da federação, segundo o sexo dos participantes.

ESTADO	EES	M	H	TOTAL
CE	35	385	14	399
DF	38	322	39	361
PA	34	564	36	600
PE	35	400	12	412
PR	35	298	07	305
RJ	31	464	03	467
RN	32	285	22	307
RS	87	858	19	877
SP	33	292	03	295

Fonte: Mapeamento do Brasil Local Feminista \ Guayí, 2010 a 2012.

Ao todo, o diagnóstico realizado pela autora demonstrou que “[...] 73% destes empreendimentos não têm formalização mas, ao mesmo tempo, a maioria deles existe há mais de 5 anos, sendo que um total de 65% existe de 5 a 10 anos”. A análise desses dados revela, portanto, que a inserção das mulheres na economia solidária enfrenta, por um lado, uma fragilidade organizativa e institucional, que está “[...] certamente associada à condição de vulnerabilidade, que não permite acessar e manter um CNPJ”, ainda que ele seja fundamental no acesso à certas políticas públicas voltadas para mercados, nos processos de comercialização (*idem*).

Entretanto, Bonumá destaca que, por outro lado, a capacidade desses empreendimentos de se manterem ao longo do tempo demonstra que, ainda que enfrentem condições precárias e desafios econômicos, a organização das mulheres através dos espaços de trabalho produz impactos não somente no quesito da geração de renda, mas sobretudo na produção de pertencimento e de “[...] uma capacidade coletiva de resistência que faz a diferença” (*idem*).

A autora apresenta a primeira de suas hipóteses acerca de quem são essas mulheres inseridas no movimento da economia solidária, a partir da análise das narrativas coletadas. Segundo ela,

[...] em sua maioria, são mulheres adultas, responsáveis por filhos e famílias, que estão fora do mercado formal de trabalho e buscam no trabalho associado e cooperativo alternativas de gerar renda, de inclusão

social, de convivência, de ressignificar as próprias vidas. Registramos que parcela importante das mulheres são participantes e/ou egressas dos programas municipais de assistência social, o que nos informa portanto que são mulheres em situação de pobreza e de vulnerabilidade, que têm nos programas assistenciais seu lugar de encontro, de convivência inicial e mesmo de tentativas e articulações de iniciativas econômicas que possam significar uma inclusão mais efetiva (*idem*, p. 52).

Dessa forma, Bonumá identifica nas narrativas que tratam da situação de pobreza e vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres, a “[...] capacidade de resistência e de se mobilizar por uma vida melhor. Sem perspectiva de trabalho no mercado formal, constroem saídas coletivas como forma de se reforçarem mutuamente: assim surgem seus empreendimentos”. A partir desse espaço, outros temas vão surgindo e atravessando as relações que se constroem, “[...] Falam da violência, dos problemas com crianças e jovens, com a prostituição, com famílias carentes tendo como problema de fundo as necessidades básicas de sobrevivência. As narrativas falam ainda da depressão e do adoecimento” que, segundo a autora, muito provavelmente se agrava por conta do quadro de dificuldades vivenciadas (*idem*).

O que a autora destaca é que, diante da situação de desemprego e o acirramento da condição da vida social agravada pelas políticas neoliberais a partir dos anos 1990, as mulheres que vivenciam situações de baixa renda, vulnerabilidade social, e que, portanto, estão submetidas à duplas ou triplas jornadas de trabalho, vão encontrar na economia solidária “[...] a possibilidade da auto-organização e da autogestão (...) como uma alternativa importante pois, além de gerar trabalho e renda, permite a compatibilização com as tarefas de reprodução, com o trabalho doméstico e de cuidados que as mulheres realizam”.

Isso, na prática, vai significar uma alternativa em um “[...] contexto de retração e de especialização do mercado de trabalho”, possibilitando a construção de um processo de trabalho a partir de um paradigma que busca dialogar diretamente com as questões fundamentais enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano (*idem*, p. 55). Entre os principais desafios identificados, Bonumá (*idem*, p. 59) aponta primeiramente para “[...] a falta de espaço para a realização do trabalho coletivo, o que é, considerando-se sua

situação de vulnerabilidade, um fator decisivo”, assim como a falta de recursos financeiros para comprar a matéria-prima necessária para a execução do trabalho.

Nesse sentido, fica evidente os inúmeros desafios enfrentados pelas mulheres inseridas no movimento da economia solidária, tendo em vista a ausência de incentivos que possibilitem a organização e o desenvolvimento do trabalho de uma maneira menos precarizada. O caráter do trabalho realizado se dá, principalmente, devido à necessidade de subsistência e também do fortalecimento que é gerado a partir da socialização de experiências individuais, em virtude da importância de encontrar acolhimento e reconhecimento nos espaços sociais. No geral, as mulheres que compõem o movimento da economia solidária “[...] lidam com as mesmas contradições que muitas mulheres se deparam na sociedade, contudo (...) desafiam condições mais básicas em termos de geração de renda e garantia de sobrevivência” (SOARES, 2019, p. 89).

Além disso, a realidade das condições de vida e trabalho dessas mulheres denuncia a necessidade pela ampliação do debate sobre a construção de uma economia feminista, considerando a superação da divisão social, sexual e racial do trabalho como desafio central do movimento, e da importância de se construir uma prática aliada aos demais movimentos sociais de caráter emancipatório que compõem a sociedade brasileira.

## **4.2 Relação entre economia feminista e economia solidária**

[...] As pesquisas feministas no âmbito da Economia Solidária, não por acaso, são desenvolvidas por mulheres pesquisadoras, o lugar de fala, ou mesmo lugar de opressão, de fato, é um fato impulsionador para que mulheres escrevam sobre a questão da mulher em diversos campos científicos. (SOARES, 2019, p 106).

Soares (*idem*), ao realizar um levantamento sobre a produção científica no âmbito das ciências sociais acerca das redes feministas que se organizam em torno da economia solidária, identificou que essas organizações tem “[...] se fortalecido em contextos locais e menos visíveis. As organizações feministas de âmbito local e natureza coletivista têm resultado na ampliação e alcance de diversas demandas dos movimentos sociais por igualdade, muitos autores indicam que as organizações feministas podem estimular uma

sociedade em que a burocracia organizacional e a economia política sejam equilibradas de forma que permitam algum nível de emancipação dos indivíduos.

Entretanto, existem uma diversidade de perspectivas feministas que vão depender, a princípio, do contexto em que surgem. Ao pensar a localização da mulher na divisão sexual do trabalho, por exemplo, não se trata somente de disputar espaços de poder em contextos corporativos em virtude das diferenças de gênero, questão amplamente pautada pelo feminismo liberal, que valoriza uma abordagem mais competitiva, mas de tratar das teorias feministas no campo da economia, partindo de um norte emancipador.

Rodríguez (2016, p. 21) trata da importância em se estabelecer um diálogo entre a economia solidária e a economia feminista, como “[...] um mecanismo para superar as divisões existentes no plano econômico, político e social, que organizam a sociedade a partir de um olhar capitalista e patriarcal”. Para a autora, a proposta das iniciativas solidárias deve compreender a existência de uma matriz de dominação, buscando práticas que subvertam a racionalidade patriarcal e colonizadora. Nesse sentido, uma economia solidária e feminista deve ser apresentada enquanto uma alternativa para “[...] superar a divisão social e sexual do trabalho” que se expressa, principalmente, através da divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, e pela hierarquização que submete as mulheres a condições de trabalhos precarizados, informais e desiguais.

Ao discutir sobre a prática organizacional feminista, Soares (2019) vai enfatizar sobre a mudança que ocorre nas relações de poder, tendo em vista que todo o processo de desenvolvimento do trabalho é pensado a partir dos indivíduos e não de ocupações hierárquicas. Segundo ela, os “[...] empreendimentos formados e geridos por mulheres na Economia Solidária deparam-se com desafios diferentes, em termos de desigualdades de oportunidades no mercado, no mundo do trabalho e nas organizações” (*idem*, p. 16).

Ao tratar das práticas de gestão atreladas ao paradigma da autogestão, Soares aponta para o impacto positivo que geram no âmbito da produção, da cooperação e na qualidade do trabalho desempenhado, de forma que “[...] A promoção da justiça de gênero a partir da democracia, da participação e do empoderamento dos subordinados também ocorre nas dimensões redistribuição, reconhecimento e representação”. Nesse sentido, a redistribuição é feita através da circularidade do poder enquanto

responsabilidade do grupo; o processo de tomada de decisões envolve a todos, de maneira que haja um reconhecimento das práticas democráticas; e, por fim, a representação ocorre em “[...] em diferentes níveis, ocorre através da necessidade de participação dos membros, condição para a real consecução da democracia” (*idem*, p. 87).

De acordo com a autora,

“[...] No mundo do trabalho, a desigualdade de gênero vem constantemente excluindo mulheres dos processos de geração de renda formal, e, nesse vácuo de possibilidades, é que desponta participação feminina na Economia Solidária. A ES opera na rearticulação do econômico às outras esferas da sociedade, representando um movimento social multiforme para geração de renda e desenvolvimento local de comunidades e regiões, tanto no meio rural como no meio urbano. Portanto, configura-se como uma alternativa, uma resposta possível aos processos de exclusão econômico-social vivenciado especialmente por mulheres” (SOARES, 2019, p. 75).

Soares trata, ainda, da articulação existente entre a colonialidade econômica e a questão do gênero “[...] considerando as interseccionalidades apropriadas aos dilemas e estratégias adotadas por diferentes grupos de mulheres na reação à escassez de recursos e oportunidades”. Nesse sentido, a economia feminista trata-se, portanto, da viabilização prática econômica que conceba a construção de uma alternativa de geração de renda para as populações mais vulneráveis e que, ainda que inserida no sistema produtivo, denuncie a organização da lógica de produção e reprodução capitalista, tendo em vista que as mulheres “[...] são afetadas não apenas pelo gênero, mas também pela economia, bem como raça, espaços geográficos, contextos e a economia desempenha um papel importante nesse processo” (2019, p. 90).

Para a autora, ainda que haja mais perguntas do que respostas, as iniciativas de organização social e econômica que surgem a partir das práticas autogestionárias convergem no sentido de se fundamentarem em valores humanos, colocando as e os indivíduos que o compõe enquanto centrais no processo de desenvolvimento do trabalho. Portanto, diante das particularidades no tocante à inserção das mulheres no movimento da economia solidária e os desafios postos, sejam eles mais amplos, como o enfrentamento ao avanço neoliberal e a articulação com demais movimentos sociais,

como aqueles mais específicos enfrentados por elas frente às dificuldades em gerir um empreendimento, ou mesmo de adquirir matérias-primas, identifica-se uma grande mobilização das mulheres que busca dar visibilidade à essas questões, assim como construir bases que ampliem os direitos dentro e fora dos espaços da economia solidária.

#### *4.2.1 Frentes feministas no movimento da Economia Solidária no Brasil*

Entre os anos de 2013 e 2016, o Grupo de Trabalho de Mulheres da FBES elaborou o “*Caderno Sobre Economia Solidária e Feminista do Fórum Brasileiro de Economia Solidária*” (2016), que foi apresentado como resultado dos debates promovidos pelo Projeto Economia Solidária e Feminista, a partir de uma estratégia para a promoção da autonomia e auto-organização das mulheres, e de uma articulação entre a FBES, a ONG Cáritas Brasileira e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, inserida dentro do Ministério da Justiça e Cidadania na época.

Esse processo resultou em um curso de ensino à distância sobre as relações entre economia solidária e feminista, que contou com uma ampla mobilização, reunindo mais de 500 cursistas no país inteiro. Ao tratar da trajetória das mulheres na inserção do movimento da economia solidária, o Caderno levanta o debate quanto ao fato de que

As mulheres são a maioria na construção da Economia Solidária. Porém, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado. Não podemos continuar reproduzindo a contradição, afirmando que as mulheres estão de fato em condição de igualdade, sendo que, no cotidiano da ação, isto não se reproduz. Ainda é consistente uma condição de desigualdade entre homens e mulheres. Esta realidade nos leva a refletir sobre qual tem sido a contribuição dos processos vividos, das mulheres como sujeitos políticos na Economia Solidária, para construção de novas práticas de superação das desigualdades de gênero. *Como as mulheres estão neste espaço? Que poder elas exercem ou não? Como a atuação neste espaço tem provocado mudanças concretas em suas vidas? Por que e como a*

*economia solidária pode contribuir para a superação das desigualdades vividas pelas mulheres?* (2016, p. 12). [grifo meu].

Neste sentido, o documento coloca como pilar da discussão feminista dentro da economia solidária, assim como o rompimento e questionamento quanto aos desafios impostos pela divisão sexual do trabalho, convidando o movimento como um todo a ampliar os conceitos de debate sobre a esfera do trabalho, considerando que a compreensão de que as atividades de produção e reprodução da vida estão intrinsecamente articuladas.

Isso passa, por exemplo, pelo reconhecimento do trabalho invisível e não remunerado que recaí enquanto uma responsabilidade assumida pelas mulheres, além da busca pela ampliação das “[...] políticas públicas de cuidados, como creches, restaurantes comunitários e lavanderias comunitárias que reduzam o trabalho doméstico, bem como a divisão deste com os homens” (*idem*), com vistas a garantir a construção e o fortalecimento da autonomia em âmbito social e econômico.

Na prática, reconhece também os limites dos empreendimentos solidários em romper, de fato, com a reprodução da divisão sexual do trabalho, levando em consideração que muitas vezes estas amarras ainda se reproduzem dentro destes espaços, tendo em vista que os mesmos estão inseridos no modo de produção capitalista ainda que tenham princípios contra hegemônicos. Além dos desafios no nível macroestrutural, existem também aqueles que ocorrem dentro dos próprios empreendimentos, atentando-se ao fato de que “[...] As mulheres são ainda minoria nas direções e em outros espaços de decisão e, frequentemente, desempenham funções associadas às tarefas da esfera da reprodução” (*idem*).

Assim,

[...] o enfrentamento aos desafios colocados para a construção da Economia Solidária, com uma perspectiva feminista, passa por impulsionar que as mulheres rompam com o papel a elas colocado na sociedade e reproduzido nos empreendimentos, de modo que passem a assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias, e que seja alterada a relação das mulheres com o crédito. Um elemento fundamental da Economia Solidária, que estabelece relação direta de contribuição com a luta feminista, é a autogestão. *Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política.* (2016, p. 13). [grifo meu].



O documento concluí que a economia solidária é um projeto que pode sim contribuir com a luta feminista, a partir do momento em que busca a desnaturalização da separação entre as esferas pública e privada, assim como das esferas produtiva e reprodutiva, buscando criar condições materiais concretas para a superação da divisão sexual do trabalho, “[...] recolocando o olhar para o trabalho de cuidado com as pessoas como sendo uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo” (*idem*). Como tratado no primeiro capítulo deste trabalho, a mistificação quanto à natureza do trabalho reprodutivo e a desvalorização do mesmo, serve enquanto ferramenta ídeo-política que busca manter as mulheres vinculadas à esfera doméstica, ao mesmo tempo em que conserva esse tipo de trabalho como “gratuito”, ou ainda, subalterno (SAFFIOTI, 2013).

Quanto às bandeiras políticas levantadas pelo movimento, tem-se que elas partem de três eixos principais de atuação (resistência, denúncia e alternativas), se expressando através da

**Resistência das mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da opressão e exploração dos sistemas capitalista e patriarcal**, voltada a um outro jeito de produzir, reproduzir e viver; **Denúncia das práticas de violência contra as mulheres, da mercantilização do seus corpos e exploração do seu trabalho** (práticas de exploração, machismo e desigualdade nas relações de gênero, e ainda, transformação das relações desiguais de gênero, raça e classe nas dimensões da vida: social, econômica, afetiva e política); **Alternativas para a consolidação desta sociedade justa, solidária e sustentável**, com base nas experiências de economia solidária, superando o patriarcado e o capitalismo. (2016, p. 14). [grifo das autoras].

Ao articular esses aspectos, o movimento propõe a economia solidária não somente enquanto uma troca de mercadorias, mas como uma ferramenta possível para ampliar a consciência entre todos os sujeitos que compõem um empreendimento solidário, sejam produtoras/es ou consumidoras/es, a partir da vivência de um processo autogestionário. E, no caso das iniciativas desenvolvidas por mulheres, defende-se que os horizontes desses projetos se ampliem na direção da “[...] afirmação de princípios éticos, solidários e de igualdade de classe, expressados ao longo do processo de constituição deste movimento”, ressaltando a importância em se ter mulheres à frente da construção desta outra forma de fazer a economia (*idem*).

Outra organização que resultou, entre 2010 e 2012, do grande contingente de mulheres na economia solidária foi a formação da Rede Economia Solidária e Feminista (RESF), sendo “[...] uma rede nacional de empreendimentos geridos por mulheres e localizados em oito estados (CE, PA, PR, PE, RJ, RN, SP, RS) e no Distrito Federal, abrangendo as cinco regiões do país”. Segundo Soares, a organização foi um resultado dos desdobramentos do “Brasil Local” projeto que, segundo ela, está inserido nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e fortalecimento comunitário, através da geração de trabalho e renda a partir dos princípios solidários (SOARES, 2019, p. 16).

A RESF é, portanto, “[...] fruto de uma parceria do Ministério do Trabalho e Emprego com a Guayí<sup>16</sup>, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (*idem*), e que tem como objetivo construir um diagnóstico sobre a realidade dessas iniciativas solidárias, assim como da condição da mulher nesses espaços. Ela também busca promover o reconhecimento do “[...] movimento das mulheres pela igualdade de gênero, raça, etnia, classe e o seu papel como sujeito do desenvolvimento econômico e social numa economia fundada na solidariedade” (*idem*, p. 17).

Já a experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL)<sup>17</sup>, associação que reúne cerca de 70 mulheres residentes de diferentes regiões periféricas da cidade de São Paulo, que compõem aproximadamente 30 empreendimentos econômicos solidários, Hillenkamp (2019, p. 266) coloca enquanto ponto central a ideia de que “[...] outra economia não é possível sem outra política”, ressaltando a necessidade de construir políticas econômicas que não sejam exclusivamente pensadas para atender as necessidades do mercado, mas das pessoas que o compõe. Segundo a autora, isso seria possível a partir da inclusão das práticas solidárias, assim como do trabalho remunerado e não-remunerado. De acordo com ela,

---

<sup>16</sup> “[...] A Guayí é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 2001, com atuação junto ao movimento social (urbano e rural), movimento sindical e na luta pelos direitos da mulher, buscando estimular a auto-organização da sociedade na construção de direitos” (SOARES, 2019, p. 16). Disponível em: <<http://guayi.org.br/>>. Acesso em: 04/10/2020.

<sup>17</sup> “A ideia de criar a AMESOL nasceu no final da década de 2000 no âmbito do Grupo de Trabalho das Mulheres do Fórum Paulista de Economia Solidária, um espaço que reúne representantes de empreendimentos, organizações de apoio e fomento e gestores públicos do Estado de São Paulo” (HILLENKAMP, 2019, 267).

[...] A AMESOL é um lugar de encontro para mulheres que, em sua maioria, têm uma trajetória prévia de envolvimento político, seja na economia solidária, no movimento feminista ou em outros espaços de participação. Forjadas por causas e contextos específicos, estas trajetórias complementam-se e reforçam-se mutuamente em alguns casos e entram em tensão em outros, definindo desta forma os contornos da política solidária e feminista. (*idem*, p. 269).

Considerando o atual contexto sócio-político e econômico, Hillenkamp (*idem*, p. 275) destaca o desafio que está posto quanto às mudanças na relação do governo de Jair Bolsonaro com os movimentos sociais, tendo em vista o tensionamento e a “[...] repressão financeira e ideológica do ‘gênero’ e do ‘marxismo’ atinge duramente o feminismo e a economia solidária, mas também pode abrir caminho para novas questões e redefinições”, como exemplificado pela autora, a aproximação com outros movimentos sociais, como negro e o lésbico, presentes hoje na AMESOL, sendo um passo importante na construção de alianças e no fortalecimento da autonomia dessas pessoas. Segundo ela, a presença da interseccionalidade com esses demais movimentos “[...] são ricas análises críticas e discursos contra hegemônicos que forçam as mulheres como sujeitas políticas”.

#### **4.3 Análise de algumas experiências de empreendimentos econômicos solidários geridos por mulheres**

De acordo com Lima (2006, p. 309), “[...] O trabalho parcial, temporário, autogestionário (verdadeiro ou não), informal raramente surge como fruto de opção, como forma de conciliação de obrigações familiares e profissionais”. Ainda assim, ao analisar o exemplo da Cooprec, cooperativa de reciclagem de lixo organizada por mulheres em Goiânia, Oliveira (2008, p. 332) concluiu que a solidariedade impacta para além da mudança nos processos de trabalho, tendo em vista que a convivência democrática estabelecida no espaço “[...] gera autonomia, autoestima e reconhecimento”.

Já Silva (2016, p. 13), em sua análise acerca da experiência das/os trabalhadoras inseridas na Rede Cataunidos, catadoras/es de recicláveis associados na Região

Metropolitana de Belo Horizonte, vai destacar a grande presença feminina, sobretudo de mulheres negras e pardas. Segundo a autora

[...] Elas criam estratégias próprias de atuação, pactuam metas, horário de chegar, de sair, definem quem será o líder e, em geral, têm confiança absoluta em suas lideranças. O fato é que no trabalho associado tanto os homens quanto as mulheres reconstruem a identidade pessoal e profissional. Interessante observar que a maioria das lideranças das organizações de catadores associadas à Rede Cataunidos/Unidade Metropolitana são mulheres, fortes lideranças que direcionam os processos de fortalecimento, organização e mobilização de seus empreendimentos. Uma presença qualificada, marcada pelo empoderamento de si e consciência participativa. O poder da liderança das mulheres se faz presente desde sua origem. Muitas dessas mulheres iniciaram a tarefa da catação de recicláveis ainda na infância. Algumas delas têm trajetória de situação de rua e nos lixões, outras já trabalharam com carteira assinada. Todas têm orgulho do trabalho que fazem.

Portanto, a autora conclui que o processo de trabalho que é pautado na construção coletiva, tem um impacto positivo no que diz respeito à ampliação da consciência de cidadania. Para além do “visível fosso das desigualdades”, que é reflexo dos limites do exercício da cidadania em uma sociedade capitalista, ela identifica uma melhora na autoestima das mulheres, assim como a consciência de progresso, sendo inegável o seu potencial emancipador já que refletem a busca das/os trabalhadores pela construção de novas relações sociais e espaços de pertencimento.

Dessa forma, ela reconhece que, embora essas relações ainda sejam frágeis, elas “[...] trazem consigo o potencial emancipador de trabalhadores, que a duras penas reinventam mecanismos de inserção socioeconômica e produtiva, participativa e política; lutas por reconhecimento e emancipação social.” (*idem*, p. 16). Portanto,

[...] os empreendimentos solidários devem se comprometer em transformar as relações competitivas em cooperativistas, fomentando valores como a ajuda mútua, a solidariedade, a responsabilidade e a luta pela efetivação dos direitos e cumprimento dos deveres do cidadão. Os membros de uma associação desse tipo devem estar dispostos a construir uma sociedade melhor. Nesse sentido, as organizações solidárias aparecem como uma possibilidade de organização e associação dos indivíduos, sobretudo das mulheres, com vistas a oferecer-lhes possibilidade de transformarem suas vidas através do trabalho, união e solidariedade. (*idem*).

Em outro trabalho sobre a trajetória do empoderamento de mulheres na economia solidária, Oliveira, L. (2005), analisa que essas experiências possibilitam que as mulheres encarem este desafio de se entenderem enquanto sujeitos políticos, na medida em que se organizam a partir dos princípios solidários de forma a valorizar a democracia e a cooperação. Do seu ponto de vista, esse representaria um dos principais desafios, considerando que as mulheres também reproduzem a lógica dominante, sendo muitas vezes difícil romper com este lugar de subalternidade, que é duramente marcado pela exclusão e pela desigualdade social posta.

A autora destaca que “[...] O empoderamento das mulheres se entrecruza com as dimensões de gênero, raça/etnia, classe, cultura e história.” Defendendo a importância do acesso a recursos, vantagens, informações, serviços e direitos à participação, centrando-se na perspectiva de ampliação destas possibilidades através de práticas coletivas e solidárias, a partir de uma lógica inclusiva (OLIVEIRA, L. 2005, p. 4). Segundo ela,

Ampliar o acesso das mulheres à cidadania significa valorizar a trajetória de suas lutas e reivindicações para inserir-se nos processos decisórios, no combate à discriminação, ao machismo, à dupla jornada de trabalho, haja vista que homens e mulheres vivenciaram e vivenciam trajetórias históricas, culturais, sociais e políticas diferenciadas (...) *O acesso à cidadania como indicador de combate à injustiça e à exclusão sociais tem sido defendido pelos movimentos sociais, com destaque para o feminista. (idem). [grifo meu].*

Nesse sentido, a luta pela desconstrução do paradigma patriarcal e a adoção de práticas contra hegemônicas em um contexto de neoliberalismo radical, impõe a necessidade de ter as populações mais afetadas enquanto protagonistas (*idem*), a partir da defesa de espaços que possibilitem um debate anticapitalista e que, portanto, estejam alinhados ao interesse pela discussão voltada à emancipação humana. De acordo com Oliveira, L. (*idem*, p. 5), “[...] a ação coletiva intensifica o processo de empoderamento social, psicológico e político das mulheres, através da mobilização social, do acesso a base de poder, do debate de questões como o divórcio, aborto, a paz, o ambiente, o trabalho e o custo de vida”.

Em sua análise, a autora ressalta o papel dos empreendimentos solidários na promoção de projetos de educação e qualificação técnica voltados para adultos, sendo esse um de seus principais princípios de sustentação considerando que se trata, muitas vezes, de uma população que enfrenta dificuldade no acesso à educação formal, pelas inúmeras dificuldades em sua trajetória de vida. É importante, portanto, garantir meios de acessar as informações quanto à saúde, aos serviços públicos e às configurações políticas, no sentido de contribuir com o processo de conhecimento, valorização do saber e construção da autonomia (*idem*, p. 7).

Nesse aspecto, a intervenção de agentes externos teria como responsabilidade “[...] facilitar o acesso às informações, contribuir e mediar o processo de organização do grupo, instrumentalizar seus integrantes socializando conhecimento, debatendo as problemáticas a partir da realidade vivida em cada grupo”. A autora defende ainda que o comprometimento das mulheres com a participação nos processos decisórios interfere em outras esferas, produzindo impactos também em outros âmbitos da sociedade (*idem*). Pensando através desse caminho,

Os empreendimentos de Economia Solidária assumem o desafio de estimular o empoderamento político, já que fundamentam-se na articulação do binômio capital-trabalho, na apropriação coletiva dos meios de produção e dos resultados da produção, na prática da autogestão, na apreensão de todo o processo produtivo por todos os trabalhadores/as, na valorização de cada pessoa, na construção do coletivo, no compromisso com os outros trabalhadores, com as questões sociais e com a sustentabilidade ambiental (...) A constituição de redes de colaboração entre os empreendimentos de Economia Solidária intensificam esse processo, principalmente por romper com o isolamento político dos trabalhadores. A relação em rede gera corresponsabilidade, sinergia, socialização de experiências, mútua ajuda entre os empreendimentos. (OLIVEIRA, L. 2005, p. 8).

A autora vai chamar a atenção, portanto, para a urgência em colocar a condição das mulheres na sociedade capitalista como enfoque da discussão pela construção de uma sociedade equânime, democrática, onde o modelo de produção possa ultrapassar o foco meramente econômico, tendo como prioridade o atendimento das necessidades humanas, assim como “[...] a sustentabilidade social, política, cultural, ambiental e econômica” (*idem*, p. 10).

Na cidade de Santos, São Paulo, a Lavanderia 8 de Março é um projeto que começou a ser elaborado em 2005 e se oficializou em 2009, através de uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Social do município, em parceria com a União Brasileira de Mulheres. O projeto surge, a princípio, a partir de um mapeamento das dificuldades enfrentadas pela população encortiçada na cidade de Santos, que é marcada pelo alto índice de desigualdade social, principalmente na região central onde se concentram os cortiços. O último estudo sobre as condições de vida dessa população foi realizado em 2002 pelo CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e, segundo Reis e Silva (2018, p. 6),

Os dados indicaram maior presença de população jovem e predominância de alguns tipos de arranjo familiar, destacando-se a significativa proporção de mulheres chefes de famílias. A maior parte da população encortiçada é de origem local, residindo em Santos há mais de quinze anos. Do ponto de vista socioeconômico, a situação das famílias pesquisadas é bastante vulnerável, uma vez que mais de dois terços dispunham de até três salários mínimos de renda total. Além disso, as principais fontes da renda do chefe de família provinham de pensão ou aposentadoria, do assalariamento sem carteira assinada e do trabalho autônomo.

O estudo também chamou a atenção para as dificuldades encontradas por essas mulheres de se inserirem no mercado de trabalho formal, já que muitas não conseguem comprovar um endereço fixo, o que não permite que rompam com o ciclo da desigualdade. Além disso, as famílias que residem nos cortiços encontram uma série de dificuldades em realizar atividades básicas para a reprodução da própria vida, como ter um espaço para lavar as próprias roupas. Foi aí que, num primeiro momento, se pensou o projeto da lavanderia como um espaço voltado para essa população, de forma que as famílias pudessem suprir essa necessidade.

Entretanto, como haviam se deparado com uma série de outros marcadores sociais que afetam a vida dessa população, principalmente das mulheres encortiçadas, houve a necessidade em repensar o projeto de forma que ele ultrapassasse a necessidade básica e pontual de ter roupas limpas, e caminhasse em direção à construção e/ou o fortalecimento da autonomia das mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos serviços assistenciais do município, onde tornou-se, então, um projeto de geração de renda.

De acordo com Reis e Silva (2018, p. 3),

A prefeitura disponibilizou infraestrutura para que as mulheres pudessem desenvolver atividade econômica através da prestação de serviço de lavanderia objetivando a melhoria da qualidade de vida e valorização do trabalho de modo que, paulatinamente, se tornasse cooperado e solidário. Este trabalho tinha o objetivo de contribuir com a construção de uma sociedade baseada em parâmetros de valorização da cidadania plena e real das mulheres, do respeito às diferenças e a autonomia de cada pessoa, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A experiência em Santos também demonstra que as pessoas buscam na economia solidária uma saída mais imediata para amortizar as expressões da questão social que atravessam o seu cotidiano e que, sendo um movimento que pode surgir a partir das demandas trazidas por mulheres atendidas pelos serviços que compõe a rede de serviços da Política Nacional de Assistência Social. Nesse sentido, também caberia a/ao assistente social o papel de mediador dessas iniciativas de economia solidária, tendo em vista que o Projeto Ético-Político da profissão afirma o pluralismo democrático de ideias, no caminho pela construção de um projeto de sociedade alternativo ao capitalista.

Como trazido por Brenna (2018, p. 10), os empreendimentos econômicos solidários representam uma nova organização das alternativas de geração de renda e empregabilidade e envolvem “[...] o indivíduo na questão política, social, econômica e na questão da sustentabilidade. E é daí a importância da atuação dos assistentes sociais nestes grupos”, a partir da possibilidade que se abre de realizar assessorias com base no arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão, com o objetivo de questionar as relações postas entre indivíduo e sociedade, buscando o “[...] reconhecimento da liberdade, defesa do aprofundamento da democracia, ampliação e consolidação da cidadania e recusa do arbítrio e autoritarismo” (*idem*, p. 11), de forma a fazer valer, dessa maneira, a defesa da garantia dos direitos humanos e a luta pela ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

Ainda assim, há que se fazer ressalvas quanto ao cotidiano e às condições de trabalho nestes espaços, considerando as dificuldades e contradições já apontadas no capítulo anterior. Frequentemente, o que se tem é a organização da gestão dos



empreendimentos econômicos solidários de maneira similar às das empresas tradicionais capitalistas onde, segundo Grecco (2016, p. 42), estão presentes “[...] não apenas a divisão de tarefas, a hierarquia de remunerações e uma rígida jornada de trabalho, mas também, a rotinização de gestos e movimentos, a adequação psicofísica das trabalhadoras/es e, até mesmo, investimentos em qualificação técnica”.

Por fim, é necessário ter em vista que, ainda que a economia solidária questione o lugar e a condição de trabalho das mulheres na sociedade do capital e busque, de fato, lançar mão de ferramentas e estratégias visando o fortalecimento das/os sujeitos que compõem o movimento, a compreensão de que o trabalho das mulheres nesses espaços se dá, sobretudo, por um senso de responsabilidade ou identificação com os princípios solidários mistifica, de certa forma, “[...] a precariedade dos processos de trabalho no interior dessas associações ou cooperativas, o que é fundamental para o processo de expansão e acumulação capitalista” (idem, p. 43).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar um breve resgate acerca do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da construção social do papel da mulher na sociedade de classes (SAFFIOTI, 2013), com vistas a entender as razões que levam as mulheres a buscarem no movimento da economia solidária uma alternativa ao desemprego e à condição de vulnerabilidade social. Sob a luz da teoria marxista e das compreensões existentes sobre a divisão sexual do trabalho, foi possível, através do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica (AKOTIRENE, 2019), traçar um panorama sobre as condições de vida e trabalho das mulheres, entendendo que as determinações sócio-históricas que atravessam a construção da sociedade brasileira, aliadas ao processo de reestruturação produtiva em curso, afetam principalmente essa população, sobretudo as mulheres negras (GONÇALVES, 2018).

Dessa forma, esta pesquisa buscou nos movimentos feministas, sobretudo no feminismo marxista, a compreensão acerca das razões que levam as mulheres a ocuparem postos de trabalho marginalizados no sistema produtivo, ou mesmo invisibilizados e não-remunerados por conta da desigualdade presente em âmbito política, social e econômica no que tange aos marcadores de gênero e raça/etnia, para reunir elementos que dão base e apontam a necessidade por uma transformação societária. Nesse sentido, busquei articular essa dimensão aos princípios e valores defendidos pelo Código de Ética Profissional do Serviço Social, entendendo a necessidade de supressão de toda e qualquer forma de exploração e opressão.

Quanto à construção de alternativas ao modo de produção vigente, com foco no movimento da economia solidária, procurei reunir elementos para analisar o contexto contraditório em que surgem essas iniciativas, com vistas a entender se de fato elas representavam um modo de produção alternativo ao capitalista, a partir da construção de relações sociais pautadas em princípios democráticos (SINGER, 2012), assim como desvelar as suas principais características e desafios postos a partir de uma análise marxista, considerando que não há um consenso em torno desse projeto no tocante às suas definições e ações práticas.

A partir da análise dos dados reunidos pelo segundo mapeamento da SENAES, Wellen (2012) demonstra o quanto esses empreendimentos apresentam relações frágeis e, por vezes, condições de trabalho precarizado tal como uma empresa capitalista podendo vir a ser, dessa forma, funcionais ao sistema vigente. O autor também é enfático quanto à crítica que faz da compreensão obtida por alguns defensores do projeto da economia solidária, no tocante à impossibilidade de se construir um modo de produção que seja alternativo, porém coexistente ao modelo capitalista hegemônico, e sem que haja, ainda, uma compreensão clara quanto a luta de classes.

Ainda assim, ao explorar brevemente a trajetória institucional do projeto da economia solidária no Brasil, foi possível identificar a quantidade nada desprezível de pessoas envolvidas nesse movimento o que, segundo Santos e Carneiro (2008), levou à uma ampla mobilização pela criação de políticas públicas que buscavam o fortalecimento da economia solidária e, portanto, de seus atores, no país. Quanto à relação estabelecida entre o processo de autonomia e institucionalização desses movimentos, há o entendimento da contradição posta de que foi algo que não aconteceu sem divergências, tendo em vista que as relações estabelecidas com o Estado colocam certos limites ao movimento, mas, que ainda assim significaram uma resposta governamental à organização dessas/es sujeitos no Brasil.

Nesse sentido, a elaboração do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, entre 2015 e 2019, contou com a ativa participação das e dos participantes do movimento, que buscam consolidar a economia solidária enquanto uma alternativa de geração de renda em um contexto que reconhece a conjuntura socioeconômica, política, cultural e ambiental, nacional e internacionalmente. A construção das suas diretrizes posiciona a economia solidária como um movimento que combina os princípios da autogestão, cooperação e solidariedade, com a necessidade de geração de renda dessas/es sujeitos que o compõem, assim como também elabora subsídios que visam ampliar a adesão a esses princípios e valores solidários, a partir da educação popular, principalmente, considerando a tendência ao reconhecimento da/o sujeito coletivo

Diante, ainda, da pluralidade de sujeitos que constroem o movimento e dos desafios colocados pela atual conjuntura política, social e econômica, há a compreensão quanto a necessidade de situar o movimento da economia solidária no seio das demais

lutas coletivas de caráter emancipatório, buscando construir ações conjuntas e voltadas para a transformação societária. De acordo com Oliveira (2008), diante do cenário de profunda desigualdade e exclusão social, estas iniciativas reúnem pessoas que estabelecem associações solidárias, não somente enquanto uma medida de geração de emprego e renda para suprir suas necessidades básicas, mas como ações conscientes e efetivas orientadas para o bem comum. Isso leva à uma ampla participação das mulheres no movimento, considerando que essa parcela é vítima do desemprego ou de empregos precários, ainda que tenham uma participação cada vez maior no mundo do trabalho.

Entretanto, o próprio Plano Nacional de Economia Solidária (PNES) destaca as dificuldades colocadas ao movimento da economia no país ressaltando, principalmente, a ausência de força política no governo para que se dê o avanço dos objetivos estabelecidos, a compreensão de que as políticas públicas, ainda que fortaleçam os empreendimentos econômicos solidários, não são suficientes para atender à todas/os sujeitos que compõem o movimento e as dificuldades internas e disputas organizacionais, enquanto movimento político e social, principalmente por conta da coexistência de diversas perspectivas que se confundem, e também a ausência de compreensão real dos princípios solidários por parte de seus atores.

No tocante à pluralidade de pessoas que consideram o movimento enquanto uma alternativa concreta, o foco deste trabalho buscou apreender as particularidades da inserção das mulheres na economia solidária, assim como os desafios que são colocados na construção de uma economia feminista. Segundo Soares (2019), as organizações feministas têm ampliado o alcance das demandas no âmbito dos movimentos sociais, sobretudo na luta por igualdade de gênero, raça/etnia, e pode vir a produzir algum nível de emancipação nos indivíduos a depender, principalmente, da perspectiva que vão escolher para tratar esses temas.

Para Rodríguez (2016), este campo de diálogo entre economia feminista e economia solidária é rico e bastante amplo, e pode levar à compreensão acerca de uma matriz de dominação colonial e à necessidade de buscar práticas que rompam com essa racionalidade patriarcal e colonizadora, tendo como objetivo, por fim, a superação da divisão social e sexual do trabalho. Essa tendência presente na sociedade levou as

mulheres da FBES a elaborarem, em 2016, o “*Caderno Sobre Economia Solidária e Feminista do Fórum Brasileiro de Economia Solidária*” enquanto resultado de uma ampla mobilização, que reconhece os limites da economia solidária como um espaço que não está isento de reproduzir opressões e processos de trabalho que beneficiam o grande capital, mas também as possibilidades contidas nessas iniciativas, sobretudo quanto à sua capacidade de gerar resistência, promover denúncias e construir alternativas.

Ainda que enfrentem em seus cotidianos de trabalho condições similares ou, por vezes, ainda mais precarizadas do que as empresas capitalistas, as experiências de articulação através de Fóruns e Redes no Brasil nos dá indícios de que as mulheres da economia solidária estão se organizando na luta por justiça social, pela educação popular, pela criação de redes que buscam fortalecer a autonomia e o exercício da cidadania por parte dessas/es sujeitos, de modo a ultrapassar o primeiro objetivo básico no tocante à necessidade de geração de renda. Entretanto, este trabalho não é conclusivo e foi realizado enquanto um estudo preliminar, sendo necessário o aprofundamento do tema desenvolvido tendo em vista a ampla bibliografia publicada a respeito, bem como a realização de uma análise minuciosa acerca das relações possíveis entre o Serviço Social e o movimento da economia solidária no país. Por fim, de acordo com Soares (2019, p. 107), o que se percebe é um consenso em torno da “[...] capacidade de autorrealização e auto-atualização dos atores como sujeitos de produção e de transformação social”.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. **A economia solidária diante das desigualdades**. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007. Acessado em: 17/09/2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582007000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17/09/ 2020.

BARROCO, M. L. **Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros**. In: BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 31-119.

BONUMÁ, H. **As mulheres e a economia solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. TCC Ciências Sociais, UFRS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132849/000984396.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07/10/2020.

BRENNA, R. **O Serviço Social frente às experiências de economia solidária: construções e desafios**. Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CAMPOS, G.W. S. **Co-construção de autonomia: o sujeito em questão.** In: CAMPOS, G.W.S. et al. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec, 2008. p.669-688.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Leandro Konder. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FALQUET, J. **Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?.** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37- 46.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** Revista *Katálysis*, Florianópolis, v.21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. ISSN 1982-0259.

GRECCO, F. S. **Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante Divisão Sexual do Trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis.** *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 20 n. 36, p. 38-50, jan./jun. 2016.

GUEIROS, D. A. **Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar.** In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n.71, p.102-21, set. 2002.

HAESER, L.; BUCHELE, F.; BRZOZOWSKI, F. **Considerações sobre a autonomia e a promoção de saúde.** 2011. Acessado em: 17/05/2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/physis/2012.v22n2/605-620/>>.

HILLENKAMP, I. **Política da economia solidária e feminista.** A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, Brasil. *Otra Economía*, v. 12, n. 22, p. 265-281, 29 nov. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

\_\_\_\_\_, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9ª. ed. São Paulo. Cortez, 2015b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>. Acessado em: 15/11/2019.

INÁCIO, M. O. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo/Miriam de Oliveira Inácio.** - Recife: O Autor, 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos.** Ipea, 2016. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf)>. Acessado em: 17/09/2020.

\_\_\_\_\_. **Carta de Conjuntura: mercado de trabalho.** Ipea, 2019. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190618\\_cc\\_43\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190618_cc_43_mercado_de_trabalho.pdf)>. Acessado em: 15/11/2019.

KOLLONTAI, A. **O Comunismo e a Família.** Marxists, 1ª edição, Marxists Internet Archive, 2002. Disponível em

<[https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com\\_fam.htm](https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm)>. Acesso em:



23/08/2020.

LIMA, J. C. **Trabalho informal, autogestionário e gênero**. Revista Sociedade e Cultura, v. 9, n. 2, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc. Soc, [online]. 2012, n. 111, pp.413-429. ISSN 0101-6628.

OLIVEIRA, J. P. **Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social**. Sociedade e Cultura, vol. 11, núm. 2. julho-diciembre, 2008, pp. 325-332. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil.

OLIVEIRA, L. A. L. **A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária**. Revista Gênero, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil - ISSN 2316-1108. V. 5, N. 2 (2005).

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2018. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acessado em: 15/11/2019.

Plano Nacional de Economia Solidária (PNES). **Para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável**. 2015. Disponível em:

<[http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano\\_nacional\\_de\\_ecosol\\_12062015\\_com\\_capa.pdf](http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf)> .  
Acesso em: 07/10/2020.

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs). Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/abepss, 2009.

REIS, M. S. F.; SILVA, N. J. R. **LAVANDERIA 8 DE MARÇO, SANTOS/SP: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DE MULHERES**.. In: Anais da VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC "Economia Social e Solidária, Sustentabilidade e Inovação: enfrentando os velhos e os novos problemas sociais". Manaus (AM) UFAM, 2018.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RODRÍGUEZ, P. A. **Mulheres negras na Economia Solidária: Autonomia, Identidade e Resistência**. 2016. 30f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. 2013.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. [3ªedição].

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. **O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade**. E-cadernos CES [Online], 02 | 2008, posto online no dia 01 dezembro 2008, consultado o 04 setembro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1260>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1260>.

SILVA, M. C. **Economia Solidária e desigualdades de gênero e de raça: por trabalho e vida dignas, em busca de cidadania.** IV SICS. ONU, Estados e Sociedade Civil Organizada. Desafios contemporâneos: Tensões entre o local e o global. 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.  
\_\_\_\_\_, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, Aug. 2004. Acessado em: 17/09/2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142004000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000200001&lng=en&nrm=iso)>.

SOARES, M. N. M. **Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista.** 2019. 373f. Tese (Doutorado em Administração e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado Executivo e Finanças, Universidade Federal do Ceará, 2019.

WELLEN, H. **Para a crítica da “Economia Solidária”.** 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.